



MANOELA PADOAN SANTIAGO FRÓES

**Integração Política da União Européia e as Implicações para
Países dos Balcãs - Estudo da Bulgária Frente à União Européia**

Brasília
novembro de 2008

MANOELA PADOAN SANTIAGO FRÓES

**INTEGRAÇÃO POLÍTICA DA UNIÃO EUROPÉIA E AS IMPLICAÇÕES
PARA PAÍSES DOS BÁLCÃS**

ESTUDO DA BULGÁRIA FRENTE À UNIÃO EUROPÉIA

Monografia apresentada como requisito parcial para a conclusão do curso de bacharelado em Relações Internacionais do Centro Universitário de Brasília - UniCEUB.

Orientadora: Prof^a Raquel Boing Marinucci

Brasília
novembro de 2008

FOLHA DE APROVAÇÃO

MANOELA PADOAN SANTIAGO FRÓES

INTEGRAÇÃO POLÍTICA DA UNIÃO EUROPÉIA E AS IMPLICAÇÕES PARA PAÍSES DOS BÁLCÃS

ESTUDO DA BULGÁRIA FRENTE À UNIÃO EUROPÉIA

Monografia aprovada como exigência do curso de bacharelado em Relações Internacionais do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, pela seguinte banca examinadora:

Prof. nome do professor
Membro

Prof. nome do professor
Membro

Profª Raquel Boing Marinucci
Orientadora

Brasília-DF, ____/____/____.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais principalmente a minha mãe Lucymar Regina Padoan Santiago Fróes que nunca mediu esforços para que eu tivesse uma educação de qualidade e sempre me motivou para que meus sonhos fossem realizados. Ao grande amigo, Jean François, pelas dicas e questionamentos. Ao meu irmão Alberto S. Fróes Filho pelo apoio e cooperação, aos meus amigos e à minha orientadora, Raquel, cuja dedicação mostrou-se indispensável à elaboração do trabalho.

RESUMO

O presente trabalho tem o objetivo de analisar o novo processo de integração política da União Europeia através do exame da Bulgária. O estudo primeiramente destaca a situação de antigos países do bloco soviético, mais propriamente de países dos Balcãs, durante a Guerra Fria até o processo de redemocratização dos mesmos, situação essa, em que a Bulgária aparece como fundamental em nossos estudos. O trabalho enfoca a história búlgara desde seus primórdios para que se entenda a sua relação com países da Europa ocidental e sua aproximação com a Rússia. Dessa forma chegamos até a atual situação do país e sua recente adesão à União Europeia, da qual, a partir de então está em processo de modificações institucionais internas para adequar-se a esse novo cenário de entrada recente de novos países no Bloco europeu, de recente consolidação democrática, como a Bulgária. Para tanto é utilizado o conceito de hegemonia de Antonio Gramsci para que se entenda todo o desenvolvimento europeu integracionista desde seu princípio com a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço até o atual quadro de integração política europeia.

Palavras chave: União Europeia, hegemonia, Bulgária.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
1. DA GUERRA FRIA AO ESFALECIMENTO DA UNIÃO SOVIÉTICA	9
1.1 ECLOSÃO E DIVISÃO MUNDIAL EM ÁREAS DE INFLUÊNCIA - BIPOLARIDADE MUNDIAL	10
1.2 DISPUTA DA HEGEMONIA E SITUAÇÃO DOS DIFERENTES PAÍSES	11
1.3 A INTEGRAÇÃO EUROPÉIA, E O FINAL DA GUERRA FRIA.	14
1.4 A NOVA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL E HEGEMÔNICA	18
2. BULGÁRIA: DO SOCIALISMO À PARTICIPAÇÃO NA UNIÃO EUROPÉIA ..	24
2.1 BULGÁRIA – BREVE HISTÓRIA ATÉ O FINAL DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL	24
2.2 CONTEXTO COMUNISTA BÚLGARO	27
2.3 REDEMOCRATIZAÇÃO BÚLGARA E RELAÇÕES DA BULGÁRIA COM PAÍSES DO OCIDENTE	32
2.4 PROCESSO DE ADESÃO BÚLGARA À UNIÃO EUROPÉIA E OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELO BLOCO E PELO PAÍS	36
3. AMPLIAÇÃO DA UNIÃO EUROPÉIA E FUTURO DA BULGÁRIA EM MEIO A UM PROCESSO DE INTEGRAÇÃO POLÍTICA EUROPÉIA	41
3.1 INTERESSES DO BLOCO EUROPEU NA ADESÃO DA BULGÁRIA	42
3.2 PROCESSO DE MAIOR UNIFICAÇÃO POLÍTICA EUROPÉIA A PARTIR DA ADESÃO DE NOVOS PAÍSES.....	44
3.3 FUTURO DO BLOCO EUROPEU E DESAFIOS QUE O BLOCO ENFRENTARÁ PARA SUA UNIFICAÇÃO POLÍTICA.....	51
CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
REFERÊNCIAS	61

INTRODUÇÃO

O objetivo do presente trabalho será o de analisar a atual fase de integração da União Européia: integração política. Para tanto será dado enfoque à Bulgária, país que passou por muito tempo de influência comunista e que foi admitido como membro da União em janeiro de 2007.

Será feita uma retrospectiva desde a Guerra Fria até o processo de redemocratização de países dos Bálcãs, colocando em evidência a Bulgária. Para tanto contaremos partes importantes da história búlgara marcada por muitas Guerras desde seus primórdios, para assim, entendermos sua relação com os países do ocidente e sua aproximação com a Rússia após a II Guerra Mundial que levou à implementação do regime comunista no país.

O tema da rivalidade entre diferentes ideologias que dividiram o mundo em duas áreas de influência, a dos Estados Unidos com os países do “Ocidente” e da União soviética com o “Oriente”, contribuiu em Relações internacionais para uma interpretação mais realista do mundo. Neste contexto, aparece o Neoliberalismo que contrabalançou os excessos utópicos do liberalismo anterior e proporcionou um novo debate.

Com todo o cenário de integração regional que estava vivendo a Europa Ocidental nos anos de 1950, houve um impulso que se caracterizou por um alto nível de comércio, comunicação, intercâmbio cultural e outras relações e transações através das fronteiras contribuindo para a base de estudos neoliberais que enfocaram: o impacto das atividades transacionais com o liberalismo sociológico, o estudo de outros atores além dos Estados nas democracias ocidentais com liberalismo de interdependência, o grau de interdependência entre os Estados com liberalismo institucional e o grau de aprimoramento da paz com o liberalismo republicano.

Com a formação desse novo sistema bipolar que foi um grande foco de estudos em Relações internacionais colocaremos em evidência conceitos de

Gramsci quanto a questões que serão fundamentais ao longo desse trabalho para a compreensão da temática. Questões estas que se relacionam ao conceito de hegemonia gramsciano que é caracterizado pelo nascimento de grandes organizações populares de tipo moderno. Partindo desse princípio hegemônico faremos um paralelo com conceito de “mundialização” dado pelo autor e que se funde aos estudos de Relações internacionais caracterizando hegemonia como uma “forma de poder global legitimado pelos demais Estados, graças à eficácia ‘convergente’ de sua governança mundial¹” e que nos ajudará a compreender a nova ordem mundial no pós-guerra fria e que norteará nossos estudos para a análise da União Européia como um todo.

Para analisarmos o atual cenário integracionista europeu, com base na Bulgária, demonstraremos como foi o processo de democratização búlgaro até a situação em que a economia e a sociedade se encontraram após o regime comunista. Todos esses fatores irão modelar as relações búlgaras com países do Ocidente durante e depois da Guerra Fria que nos levarão a entender qual é a atual imagem da Bulgária perante o resto da Europa. Com a formação dessa imagem estudaremos como foi o processo de adesão do país à União Européia estudando todos os fatores que foram superados pelo país e pela União quanto à participação do mesmo no Bloco europeu. Para tanto, será novamente colocado em foco Gramsci quando a problemática de estruturas nacionais e supranacionais, e ainda, quanto às relações culturais examinando a Bulgária nesse novo contexto integracionista europeu.

Tendo como base todos esses fatores começaremos a analisar o processo europeu de integração política que está sendo debatido há muito tempo no bloco, mas que tomou um corpo mais concreto a partir de 2004, com a tentativa da aprovação de um Tratado Constitucional europeu que foi rejeitado por parte da população européia em 2005. Com isso demonstraremos os desafios que o Bloco terá que superar, não só em seu déficit democrático quanto à população européia, mas, principalmente quanto a novas adesões que a União realizou durante os anos de 2004-2007. Adesões essas, como a Bulgária, que carregam diferenças

¹ FIORI, José Luís. *Sobre o poder global*. Novos Estudos. CEBRAP. n. 73. São Paulo: nov. 2005.

econômicas, culturais, políticas e sociais bem diferentes se comparados com outros países europeus.

Entenderemos a partir dessas análises a problemática da adesão do novo Tratado Reformador europeu ou Tratado de Lisboa que tem sua ratificação prevista para 1 de Janeiro de 2009 e as superações que o Bloco enfrentará para a almejada integração política. Tentou-se ao longo desse trabalho manter contato com algum diplomata da Comissão Européia em Brasília para que pudéssemos concluir nossas análises quanto à visão européia desse novo processo, mas devido à indisponibilidade de tempo não pudemos concretizar uma entrevista.

1. DA GUERRA FRIA AO ESFALECIMENTO DA UNIÃO SOVIÉTICA

Este capítulo tem o objetivo de fazer uma breve retrospectiva do que foi o momento do pós Segunda Guerra Mundial (1945), no qual o mundo encontrava-se em caos com suas potências tradicionais exauridas de parte de seus recursos materiais e humanos, que dão a possibilidade do estabelecimento de novos centros de poder. “As futuras potências possuíam projetos hegemônicos consolidados, alicerçados a ideologias opostas e é dessa oposição que surge a chamada ‘Guerra Fria’ travada entre Estados Unidos e União Soviética.”² A questão aqui será ressaltar como a Guerra começou suas principais áreas de influências, destacando principalmente a questão do Leste Europeu e ainda seu desfecho levando a chamada “Nova Ordem Mundial”.

Dar-se-á maior enfoque a países da “Cortina de Ferro” compreendidos entre a Europa Oriental e Central, e que estavam sobre influência Soviética. Dando maior atenção à Bulgária, país que fora devastado por inúmeras guerras e que se inseriu no bloco soviético modificando sua realidade.

Ainda com o final da Guerra Fria será observada a nova organização mundial e a situação em que os países da Europa se encontraram. Como critério metodológico se adotara o conceito de hegemonia de Gramsci que nos leva a compreender as relações políticas que serão confrontadas nesse momento de Guerra Fria.

O capítulo será estruturado em quatro tópicos, de acordo com as diferentes fases da Guerra Fria: (1.1) A eclosão e a divisão mundial em áreas de influência – Bipolaridade mundial; (1.2) Disputa da Hegemonia e situação dos diferentes países; (1.3) A integração europeia, o final da Guerra Fria; (1.4) A nova organização mundial e hegemônica.

² FARIA, Ricardo de Moura; MIRANDA, Mônica Liz. *Da Guerra Fria à Nova Ordem Mundial*. São Paulo: Contexto. 2. ed. 2003, p.12.

1.1 ECLOSÃO E DIVISÃO MUNDIAL EM ÁREAS DE INFLUÊNCIA - BIPOLARIDADE MUNDIAL

Antes do término da Segunda Guerra Mundial (1945) com fortes indícios de que mesma já estava para acabar houve em Yalta, na Criméia, uma reunião entre Joseph Stalin, líder político da URSS, o primeiro ministro inglês Winston Churchill e o presidente dos Estados Unidos, Franklin D. Roosevelt. A presente reunião teve fortíssimos interesses políticos muitos dos quais eram conflitantes, mas acabariam definindo os rumos do pós Guerra.

Era indiscutível a força que a União Soviética possuía, principalmente quanto a Europa Oriental, da qual a mesma ajuda a libertar da ocupação nazista, com isso a URSS pede em Yalta a influência soviética sobre esses países. Mas com as imposições de poder soviético a alguns territórios como Polônia e Iugoslávia acaba causando descontentamento da Inglaterra e mais tarde dos Estados Unidos o que se consolidou na Conferência de Potsdam realizada em meados de 1945. A Conferência dividia a Alemanha em três setores de influência: soviético, inglês e norte-americano, e mais tarde com adesão da França, e é com essa nova fusão de forças que se reverte em confrontação das potências capitalistas com a União Soviética que se consolida o cenário da Guerra Fria.

A União Soviética então consolida seu papel de influência no Leste Europeu e no final de década de 1940 é levantado o Muro de Berlim que divide a Alemanha em capitalista e socialista a chamada “Cortina de Ferro”³ que foi inserida no discurso de Churchill, ex primeiro ministro britânico, da seguinte forma:

Uma sombra desceu sobre o cenário, até bem pouco iluminado pela vitória aliada. Ninguém sabe o que a Rússia Soviética e sua organização comunista internacional pretendem fazer no futuro imediato, ou quais os limites, se os há de suas tendências expansionistas e de proselitismo [...] De Stettin, no Báltico, até Trieste, no Adriático, uma cortina de ferro foi baixada através do continente europeu. Atrás dela estão as capitais dos antigos Estados da Europa Central e Oriental. Varsóvia, Berlim, Praga, Viena, Budapeste, Belgrado, Bucareste e Sofia, todas essas cidades famosas e as populações à volta delas estão na esfera soviética e sujeitas, de uma forma

³ Expressão utilizada pela primeira vez pelo ex-primeiro ministro britânico, Churchill, pronunciado na Universidade de Fulton.

ou outra, não apenas à influência soviética, mas a um controle intenso e cada vez mais forte, de Moscou.⁴

E nos Estados ocupados por tropas soviéticas instalaram-se assim regimes de partido único subordinados a Moscou, “[...] garantindo controle absoluto exercido pelo Partido Comunista sobre todas as instituições formais e informais, e a total identificação entre o partido e o Estado.”⁵

Começa então a corrida por influências ideológicas da qual a Doutrina Truman marca a mesma juntamente com o Plano Marshall e a OTAN, criados pelos Estados Unidos para uma forma de contenção a influências soviética.

Em resposta ao mesmo a União Soviética firma em 1955 o Pacto de Varsóvia ou Organização do Tratado de Varsóvia (OTV) e ainda a Doutrina Jdanovs. A Europa fica então dividida em dois blocos, ocidental e oriental, e acaba sendo palco de conflitos ideológicos que marcaram sua história. Ideologia esta que é dividida em duas tendências a de “significado fraco” e de “significado forte” por Norberto Bobbio:

No seu significado fraco, designa o *genus*, ou a *species* diversamente definida, dos sistemas de crenças políticas: um conjunto de idéias e de valores respeitantes à ordem pública e tendo como função orientar os comportamentos políticos coletivos. O significado forte tem origem no conceito de Ideologia de Marx, entendido como falsa consciência das relações de domínio entre classes, e se diferencia claramente do primeiro, porque mantém, no próprio centro, diversamente modificada, corrigida ou alterada pelos vários autores a noção da falsidade: a Ideologia é uma crença falsa.⁶

1.2 DISPUTA DA HEGEMONIA E SITUAÇÃO DOS DIFERENTES PAÍSES

Com a bipolarização geopolítica da Europa e a divisão europeia em blocos rivais: Otan e Pacto de Varsóvia houve uma estruturação em esferas econômicas e políticas. A disputa entre União Soviética e Estados Unidos estava travada não

⁴ FARIA; MIRANDA, *op.cit.*, p. 15.

⁵ *Ibidem*, p.16.

⁶ BOBBIO, N. *Dicionário de Política*, 2. ed. Brasília: UnB. hegemonia vol.1.

apenas em âmbito ideológico, mas também hegemônico, discutido à luz desse processo de “mundialização”⁷ por Antonio Gramsci como:

Capacidade de desvendar a identidade nacional, isto é, as características típicas de um determinado grupo. Dessa forma, pode-se dizer que hegemonia significa ‘conhecimento, além de ação, por isso é a conquista de um novo nível de cultura, é a descoberta de coisas que não se conhecia’. Assim, ‘o processo de hegemonia é então um processo de unificação do pensamento e da ação [...]. A hegemonia se conquista antes da conquista do poder, e é uma condição essencial da conquista do poder.’⁸

E é por essa disputa hegemônica e pela tentativa de supremacia no poder, tanto soviética, quanto norte americana, que se verifica as diferentes áreas de influências que se formaram.

No lado soviético houve a substituição das coalizões de unidades nacional por regimes comunistas no Leste Europeu. Essa implementação do socialismo no Leste Europeu não era plano da União Soviética, “[...], porém torna-se praticamente compulsório quando, com o Plano Marshall, os Estados Unidos promoveram a reconstrução econômica da Europa Ocidental.”⁹

O comércio entre o Oeste e o Leste Europeu antes da Guerra era de padrão de intercâmbio entre bens de capital e de consumo industriais por matérias – primas e produtos agrícolas. Mas com o Plano Marshall que reativava a capacidade de importação das economias da Europa Ocidental, abrindo caminhos para a restauração da divisão internacional do trabalho tradicional no continente, fez com que fosse necessário à consolidação da influência soviética na região.

Houve uma destruição da tradicional divisão do trabalho com a configuração de blocos antagônicos. Com o comércio entre o Oeste e o Leste Europeu “asfixiado” foi necessária a criação do *Comecon* para “acelerar uma divisão internacional do trabalho no interior do bloco soviético.” Com a insurreição Húngara a partir de 1956 as relações ficaram mais equilibradas entre a União Soviética e os países chamados satélites.

⁷ Termo utilizado por A. Gramsci para identificar internacionalização.

⁸ ORIDES, Mezzaroba. *Estado e Relações internacionais*, In. Gramsci, Florianópolis: Fundação Boiteux, 2005, p. 9.

⁹ MAGNOLI, *Relações internacionais: teoria e história*. 3. Ed. São Paulo: Saraiva, 2007, p.139.

Moscou considerou desnecessário estabelecer uma aliança militar formal no bloco soviético até a morte de Stalin.

A ingerência nos assuntos dos países-satélites organizava-se de modo direto e brutal, por meio da presença de 'conselheiros' soviéticos nos principais ministérios, nos órgãos de segurança e nas forças armadas. A criação do Pacto de Varsóvia, em 1955, proporcionou uma regulação mais clara das relações no interior do bloco e, paradoxalmente, permitiu que os países satélites recuperassem alguns símbolos e sinais exteriores de soberania. O Pacto de Varsóvia, porém, destinava-se, nitidamente, a congelar a subordinação dos países-satélites.¹⁰

Os países satélites soviéticos que contestavam mais a subordinação à União Soviética, com movimentos populares, como: Hungria em 1956 (que assistiu a resistência armada soviética com bombardeios em Budapeste) e Tchecoslováquia em 1968 (deposição do governo e manutenção da ordem) conferiram a Moscou um papel de dirigente do bloco soviético que proibia contestações aos fundamentos internos e internacionais do socialismo.

A Iugoslávia e a Romênia adotaram uma linha de não-alinhamento à União Soviética, proclamando um direito a um caminho nacional sem abandonar as diretrizes socialistas.

Destaca-se o caso da Polônia que sofreu fortes repressões de Moscou devido a contestações que eclodiram a ocupação de tropas soviéticas no local e a manutenção da ordem.

Dentre outros países, que participavam do Bloco Soviético, daremos enfoque nesse trabalho à Bulgária que foi considerada após um plebiscito de 1946 uma República popular, com Georgi Dimitrov considerado chefe de governo comunista que:

Com todo o poderio da máquina política nazista formada contra ele, este homem denunciou a verdadeira natureza dos nazistas, conquistando uma extraordinária vitória legal, moral e política [...]. Era modelo do militante internacional destemido.¹¹

O país possuiu até 1956 uma política oficial rigorosamente stalinista, durante esse momento socialista que vai até 1989 experimenta uma fase de industrialização que a eleva em nível europeu:

¹⁰ Ibidem.

¹¹ BURCHETT, Wilfred. *Bulgária: presente-passado-futuro*. 1. ed. São Paulo: Novos Rumos, 1985, p.11.

Em menos de quatro décadas a Bulgária, que já foi um dos Estados economicamente mais atrasados da Europa, foi transformado em estado industrializado moderno – com certeza o mais próspero dos Bálcãs. Antigamente o produto nacional era gerado em 80% pela agricultura e em 20% pela indústria: esta proporção está agora invertida, e 80% do produto nacional agora é gerado pela indústria.¹²

Enquanto a União Soviética controlava suas áreas de influência policiando até mesmo algumas rebeliões, o Plano Marshall e a Doutrina Truman, complementares entre si, “afastaram o espectro de isolacionismo americano e definiram o engajamento dos Estados Unidos na sustentação dos Estados da Europa Ocidental.”¹³

Com um equilíbrio militar praticamente simétrico entre as duas superpotências, havia ainda uma tensão quanto à força soviética e um possível ataque à Alemanha Ocidental e Berlim Ocidental da qual a OTAN acaba apaziguando essa situação, pois “sob a lógica da doutrina da MAD e de acordo como o compromisso da Aliança Atlântica, uma agressão convencional soviética na Europa Ocidental teria como represália um ataque nuclear americano contra a própria União Soviética.”¹⁴

É importante destacar que dentre esses blocos de influências ocidental e soviético, encontravam-se países considerados neutros como: Suécia, Suíça, Áustria e Finlândia que embora fizessem parte de economias de mercado ocidentais possuíam tipos distintos de neutralidade. Mais tarde, com o rompimento com a União Soviética, duas economias planificadas se neutralizam: Albânia e Iugoslávia.

1.3 A INTEGRAÇÃO EUROPÉIA, E O FINAL DA GUERRA FRIA.

No plano estratégico a Europa Ocidental estava vinculada aos Estados Unidos, já economicamente isso não ocorreu. “Nesse plano, constituiu-se um bloco

¹² Ibidem, p.13

¹³ MAGNOLI, *op. cit.*, p. 142.

¹⁴ Ibidem, p.143.

européu autônomo, cujo ponto de partida foi a Comunidade Européia do Carvão e do Aço (Ceca).”¹⁵

Em uma tentativa de conter o ressurgimento do nacionalismo alemão com a criação da RFA (República Federal Alemã) a França acaba lançando um plano de cooperação de integração da siderúrgica francesa e alemã através de um plano, denominado Shuman apresentado em 1950 pelo ministro do Exterior francês Robert Shuman e de autoria de Jean Monnet. Plano este que previa a instituição de uma autoridade comum, supranacional, com poderes para coordenar o reerguimento da produção de carvão e de aço nos dois países do qual outros países poderia aderir ao mesmo. Assinado em 1951, por seis países,¹⁶ o tratado da Ceca inicialmente circunscrito ao carvão e aço, acaba sendo um embrião para um mercado comum.

Os aspectos econômicos do plano era quase um pretexto para a edificação de um bloco político europeu assentado sobre a aliança franco-alemã. “A noção de soberania compartilhada aparecia como uma novidade, ousada e criativa do pensamento de Monnet.”¹⁷

Surgiu no interior da Ceca uma proposta de autoridade comum para o desenvolvimento da indústria nuclear com fins pacíficos (Euratom), paralela a esta proposta surge então outra com fins a criação de um Mercado Comum Europeu (MCE). Então em 1957, os seis países encorajados pelo êxito da Ceca assinaram o Tratado de Roma instituindo a Comunidade Econômica Européia (CEE) que reunia acordos da Ceca, Euratom e MCE. Ultrapassando assim esferas econômicas a integração acabou gerando instituições políticas como o Parlamento europeu, Comissão Européia e Conselho de Ministros. Configura-se assim uma “Comunidade Européia (CE), assentada sobre a noção de fusão paulatina de soberanias.”¹⁸

A partir do tratado de adesão celebrado pela Grã-Bretanha em 1972 começa a primeira ampliação da Comunidade que recebeu não só os britânicos, como também a Irlanda e a Dinamarca conectando definitivamente o pilar estratégico ao

¹⁵ Ibidem.

¹⁶ Alemanha, Bélgica, França, Itália, Luxemburgo e Países Baixos.

¹⁷ MAGNOLI, *op. cit.*, p. 144.

¹⁸ Ibidem, p. 145.

econômico no bloco ocidental. A Europa unida acaba superando divergências ideológicas até então vigentes e até mesmo desafiando a liderança dos Estados Unidos da América no ocidente.

Ao mesmo passo, havia um clima de coexistência pacífica ou Détente entre norte-americanos e soviéticos.

Embora muitos estudiosos do tema afirmem que a Guerra Fria terminara ainda na década de 1950 (final do conflito ocorrido na Coreia), ao após a 'crise dos mísseis', a disputa entre as duas superpotências por áreas de influência continuou presente nas relações internacionais, ainda que sob roupagens novas.¹⁹

Em 1953 com a posse de Nikita Krushev no poder soviético propondo que o conflito entre blocos capitalistas e socialistas deveria ocorrer não no campo militar e sim no econômico-social acaba trilhando um novo caminho naquele momento que visava evitar uma guerra que poderia ter resultados alarmantes e catastróficos. Vale destacar que os investimentos militares, tanto nos EUA quanto na URSS continuaram aumentando, mas verificou-se um investimento em potencial tecnológico, principalmente pela conquista espacial, chamada de "corrida espacial".

Enquanto a corrida espacial ocorria, houve muitas vítimas dessa "guerra" principalmente com a separação da Alemanha em Oriental e Ocidental aconteceram muitas fugas de alemães orientais para o lado oeste, com isso a URSS isola com arames farpados em 1961 o lado leste de Berlim construindo então um muro que simbolizou não só a Guerra Fria como materializou o conceito de "Cortina de Ferro". A partir daí, com a fuga de mão-de-obra para o lado ocidental, a URSS se concentra na contenção dessas, o que resulta na morte de pelo menos 800 pessoas até a derrubada do muro em 1989:

No que decorre das quatro décadas de separação, a sociedade alemã oriental sofreu inúmeras restrições. Nos anos 70, por exemplo, o governo comunista da então Alemanha Oriental tirou a força bebê das mãos de seus pais, quando estes procuravam fugir em direção ao Ocidente. Essas crianças eram então entregues a casais que viviam satisfeitos e conformados com o regime comunista. Essa prática foi denunciada na segunda metade da década de 1970, mas muitas famílias não conseguiram

¹⁹ FARIA; MIRANDA, *op .cit.*, p. 37.

restabelecer qualquer contato com essas crianças e o tema é quase tabu entre os alemães.²⁰

As conseqüências que se seguiram com a queda do Muro de Berlim, em 9 de novembro de 1989, derrubado pela própria população da parte ocidental da Alemanha sem que houvesse qualquer resistência por parte dos soldados da Alemanha Oriental, fizeram parte de um processo que se encontrava entre algumas reformas que a União Soviética havia implantado com a ascensão de Mikhail Gorbachev em 1985. O mesmo toma o poder soviético em momento complexo em que a economia do país encontrava-se estagnada e, além disso, sofria as fortes pressões norte-americanas com o projeto “Guerra nas Estrelas.” Este projeto começa com o crescimento econômico e político que estava vivendo a Europa ocidental e com ascensão da China e o Japão que leva em 1970 ao esgotamento da chamada Detente originando-se “novos arranjos econômicos e políticos de uma complexa multipolaridade.”²¹ A ascensão dessas novas potências mundiais não significou o fim da supremacia norte americana e soviética que se encontravam praticamente equiparadas em termos de potencial nuclear.

Nos anos de 1950, com a explosão da primeira bomba nuclear soviética, o clima de pânico toma conta dos EUA do qual desenvolve a partir daí “políticas de contenção” para o avanço do comunismo, visando assim conter os avanços do “Império do Mal.”²² Tais políticas reforçavam a presença norte-americana em locais diversos e disponibilizaram maiores investimentos para conter a URSS, tais como, medidas do governo de Reagan que para reforçar a presença de tropas norte-americanas em locais diversos, ampliou significativamente as verbas destinadas ao Pentágono. Enviando ao Congresso o projeto que ficou conhecido como “Guerra nas Estrelas”, que consistia na colocação em órbita de dezenas de satélites equipados com canhões de raio laser, que poderiam destruir, no espaço, qualquer míssil lançada da Terra. Caso fosse aprovado, a execução desse projeto implicaria em gastos ainda mais elevados.

²⁰ Ibidem, p. 43.

²¹ Ibidem, p. 48.

²² Ibidem, p. 51.

Gorbachev, percebendo a situação crítica, propõe aos norte-americanos uma possibilidade de desarmamento com a retirada de mísseis do território europeu, bem como o desmantelamento do Pacto de Varsóvia.²³ Dentre os princípios fundamentais desse projeto estavam:

Renúncia dos poderes nucleares da guerra convencional e nuclear em si mesmos ou contra terceiros; Prevenção da corrida armamentista no espaço cósmico, cessação de todos os testes com armas nucleares e a total destruição das mesmas, proibição e destruição de armas químicas e renúncia ao desenvolvimento de outros meios de aniquilação em massa; Uma redução rigorosamente controlada dos níveis de capacidade militar dos países aos limites de suficiência razoável; Dispersão das alianças militares e, como uma etapa que conduza a isto, a renúncia de sua ampliação e formação de novas; Redução equilibrada e proporcional dos orçamentos militares... etc.²⁴

Com a implantação dessas reformas políticas e econômicas e com a queda do Muro de Berlim levantes populares revolucionários começam vigorar na Europa Oriental, provocando decomposição dos regimes totalitários instalados nos anos do pós-guerra, assim, países do Leste europeu começam de forma pacífica ou não a derrubarem seus regimes comunistas vigentes o que acaba por desinstalar o bloco soviético.

Com a reunificação alemã em 1990, o espaço europeu foi alterado, o que polarizou as discussões sobre a estrutura do novo sistema pós Guerra Fria.

1.4 A NOVA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL E HEGEMÔNICA

A força militar como sinônimo de poder “marginalizava outras referências tradicionais do poderio dos Estados como a produtividade e eficiência nacional.”²⁵ Algumas potências, então excluídas de influência nuclear, passam a margem dos centros fundamentais de decisão do sistema internacional. Embasando-se em

²³ Ibidem, p. 57.

²⁴ Ibidem, p. 58.

²⁵ MAGNOLI, *op. cit.*, p. 194.

teorias políticas gramscianas conseguimos conceituar a estrutura hegemônica que se formava:

Quando a sociedade apresenta uma 'estrutura maciça', como ocorre no Ocidente industrial e mobilizado pelo capitalismo, o papel da ação hegemônica torna-se crucial, não só na gestão como até mesmo na conquista e construção do Estado, um papel privilegiado em relação ao da força, no entanto sempre necessariamente presente[...] torna-se impossível conquistar o poder, se a força que ambiciona 'fazer-se o Estado' não se fizer primeiro hegemônica no bloco social antagônico ao bloco que está no poder.²⁶

Contando assim com força militar e econômica consolidada os Estados Unidos então passam à condição única de potência hegemônica, no pós Guerra Fria.

E atento às transformações do capitalismo, Gramsci através de suas observações e escritos sobre a política italiana,

levou a elaboração de estudos em relações internacionais considerando as modificações econômicas, políticas ou culturais que levaram a um campo de novas relações internacionais da qual estava imbuída forças que transitam circuitos que, mais que exploram, condicionam a instância 'nacional', criando um campo inédito de interatividade, de formas organizativas, de relações econômicas, de efetividade do exercício do poder, de institucionalidade estatal, de reelaborações simbólicas, de linguagem, de visões de mundo, em suma de realização da hegemonia.²⁷

Toda relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica e se verifica não apenas no interior de uma nação, entre as diversas forças que a compõem, mas em todo campo internacional e mundial, entre conjuntos de civilizações nacionais e continentais.²⁸

A hegemonia para Gramsci consistia não apenas em se contrapor e derrubar o Estado autoritário, mas conquistar espaços na complexa rede da sociedade civil e se organizar como sociedade política. Era necessário ganhar o consenso ativo da população no imenso campo da cultura, na elaboração da ideologia, nas organizações sociais, na formação de partidos, na orientação da produção, na condução da economia e da administração pública o que os Estados Unidos, naquele momento, estava conquistando aos poucos. Em escritos gramscianos

²⁶ BOBBIO, *op. cit.*

²⁷ MELLO, Alex Fiúza de. *Mundialização e política em Gramsci*. 2. ed. São Paulo: 2001, Cortez, p. 29.

²⁸ *Ibidem*, p. 28.

encontramos considerações que podem sintetizar o momento em que o mundo estava inserido da qual:

Com as relações internas de um Estado-nação se entrelaçam as relações internacionais, criando novas combinações originais e historicamente concretas. Uma ideologia, nascida em um país mais desenvolvido, difunde-se em um país menos desenvolvido, incidindo no jogo local das combinações.²⁹

Nesse sentido o mundo se organizava em um novo cenário que recebeu a denominação de “Nova Ordem Mundial,”³⁰ dominado por megamercados e marcado por revoluções técnico – científicas, que contava com a hegemonia econômica incontestável dos Estado Unidos da mesma forma que estava consolidada sobre reacomodações geopolíticas que envolveram a consolidação de blocos econômicos regionais ou o exercício de poder de influência por parte de potências como a China, Rússia, o Japão, a França e a Alemanha. Então a hegemonia aqui encontrada seria vinculada à idéia de ser :

Um sistema de alianças entre vários grupos, em que o grupo dominante exerce o poder graças à sua capacidade de transformar os interesses particulares em gerais universais, mais ainda, a direção no Estado e na sociedade depende da manutenção de tal sistema de aliados e associados, o que, por sua vez, depende da generalização e universalização de interesses comuns.³¹

O novo sistema vigente, sintetizado por Demétrio Magnoli, em sua leitura de Samuel Huntington afirma que:

[...] naquele momento existiria apenas uma superpotência, não significando dizer que o mundo seria unipolar, pois, um sistema unipolar teria uma superpotência, nenhuma grande potência e diversas potências menores. Como resultado, a superpotência poderia, de modo efetivo, resolver sozinha importantes assuntos internacionais e nenhuma coalizão entre outros Estados teria o poder de impedi-la de agir assim.³²

Havia na Europa Ocidental, com o encerramento da Guerra Fria, a paulatina remoção de fronteiras geopolíticas que limitavam a expansão do bloco comunitário, o que propiciava um alargamento do bloco estreitando ainda mais suas relações

²⁹ Ibidem, p. 35.

³⁰ MAGNOLI, *op. cit.*, p. 195.

³¹ ORIDES, *op.cit.*, p.18.

³² MAGNOLI, *op. cit.*, p. 202.

com países da Europa Ocidental que se integravam não só em âmbito econômico. “Pela primeira vez na história comunitária, foi prevista a definição de uma política externa e de segurança comum, o que em tese conferiria a UE o estatuto de Unidade Autônoma do sistema internacional.”³³ Esse estreitamento europeu acaba aprofundando a fratura geopolítica entre as duas porções do continente europeu e colocando no “centro da agenda estratégica a integração dos Estados do antigo bloco soviético.”³⁴

Nas análises de Gramsci havia um alerta de que nos países ocidentais, “o Estado era apenas uma trincheira avançada por trás da qual existia uma sólida cadeia de fortalezas e casamatas.”³⁵ o que constituía um complexo sistema de organizações da sociedade civil.

Enquanto isso, a Rússia em 1989, se encontrava em profunda crise econômica e atravessando convulsões políticas ligadas ao desmantelamento do Estado soviético. O Ocidente observou o processo de forma a concentrar suas estratégias na expansão da OTAN para a Europa centro-oriental. Na conferência de cúpula em 1994 da Aliança Atlântica, o presidente Bill Clinton, dos Estados Unidos, deflagrou esse processo por meio da iniciativa da Parceria pela Paz, que previa a cooperação militar entre a Otan, os países do antigo bloco soviético e a própria Rússia.³⁶

Houve então pressão para a adesão à aliança militar ocidental por parte dos Estados de Visegrado³⁷ que:

refletia percepções geopolíticas arraigadas na Europa central: a segurança nacional só estaria assegurada com a proteção militar dos Estados Unidos. A admissão da Polônia, República Tcheca e Hungria, decidida na conferência de cúpula da Aliança Atlântica de 1998 e efetivada no ano seguinte, assinalou a reorganização do espaço estratégico e institucional europeu. Em 2002, a arquitetura estratégica do novo espaço europeu foi praticamente concluída, com o lançamento oficial das negociações para a

³³ MAGNOLI, *op. cit.*, p. 207.

³⁴ *Ibidem*, p. 210.

³⁵ SEMERARO, Giovanni. *Da libertação à hegemonia: Freire e Gramsci no processo de democratização do Brasil*. Revista de sociologia e política. n. 29. Curitiba: nov. 2007.

³⁶ MAGNOLI, *op. cit.*, p. 214.

³⁷ Grupo em que fazem parte os países: República Tcheca, Polônia, Hungria e Eslováquia.

admissão de sete novos membros à Otan: Eslováquia, Romênia, Bulgária, Eslovênia e os Estados Bálticos.³⁸

Naquele momento em que países do leste europeu estavam em fase de mudanças políticas, podemos tomar Gramsci novamente como ponto de partida para nossa análise. Partindo da idéia de “reforma intelectual” analisamos o que Gramsci acredita que seja possível superar historicamente a divisão entre dirigentes e dirigidos, governantes e governados, divisão que só é possível superar quando há “criação de premissas de ordem intelectual para que as massas possam adquirir a mentalidade de dirigentes.”³⁹

Para Gramsci era necessário, naquele momento, a libertação de sistemas autoritários (como no caso da Bulgária marcada por anos de autoritarismo) para que se conquistasse uma hegemonia estatal, o mesmo analisava a “fenomenologia do poder e a construção do partido moderno para chegar à hegemonia.”⁴⁰ Era necessário dessa forma entrar no mesmo terreno dos que estavam no poder anteriormente para conhecer por dentro os complexos mecanismos institucionais que faziam funcionar o país. Era necessária ainda a formação de uma política especializada para criar organizações que pudessem aglutinar forças e preparar enfrentamentos sofisticados com os grupos dominantes afirmados há séculos no poder. Gramsci afirmava que era primordial passar “do âmbito de ‘comunidade’ para o de ‘partido’, sair da visão periférica para alcançar a visão de totalidade.”⁴¹ Para o autor a conquista da hegemonia mobilizava construir um projeto alternativo de sociedade, para se habilitar na direção de processos políticos e culturais capazes de expandir para toda a sociedade uma democracia popular.

A OTAN passou por uma redefinição de seu papel na nova ordem internacional vigente se definindo como a base da política de segurança de toda a Europa e América do Norte, incorporando plenamente a Europa centro-oriental ao Ocidente.

³⁸ MAGNOLI, *op. cit.*

³⁹ MÉDICI, Rita. *Gramsci e o Estado: para uma releitura do problema*. Revista de sociologia e política. n. 29. Curitiba: nov. 2007.

⁴⁰ SEMERARO, *op. cit.*

⁴¹ *Ibidem.*

Com uma perspectiva de incorporação à Comunidade Européia houve assim um grande estímulo no Leste Europeu que efetuaram além de reformas econômicas e de mercado, reforma política, com a edificação de regimes pluripartidários direcionando assim, o antigo bloco soviético para a meta de integração à UE. Gramsci faz um questionamento quanto às transformações operadas em escala mundial a respeito da formação capitalista vigente. Questões estas que serão mais enfocadas em fase de conclusão desse trabalho:

Será ainda possível, no mundo moderno, a hegemonia cultural de uma nação sobre as outras? Ou já estará o mundo de tal modo unificado na sua estrutura econômico-social, que um país, ainda que podendo ter 'cronologicamente' a iniciativa de uma inovação, não pode, porém, conservar o 'monopólio político' e, portanto, servir-se de tal monopólio como base de hegemonia?⁴²

Analisando Gramsci em perspectiva do novo contexto mundial vigente observamos que a “mundialização” tão comentada em seus escritos se concretiza ainda mais pelo desenvolvimento do capitalismo. Subentende-se a partir desse momento que não é mais o monopólio político nacional a única base de sua hegemonia, pois, a partir daquele momento haveria outros níveis institucionais capazes também de mobilizar os interesses do capital em geral. Para Gramsci não é mais a Nação o espaço único e privilegiado de articulação e exercício do poder existindo novas formas de ordenação e funcionamento do “universo burguês, então em fase de rearticulações processuais, institucionais e societárias”⁴³ ampliadas em escala mundial.

Mundialização dessa forma significaria a qualificação da natureza de um novo tipo de organização social que se percebessem em um determinado contexto e da qual as conseqüências ideológicas e políticas não fossem desprezíveis.

⁴² MELLO, *op. cit.*, p. 30.

⁴³ *Ibidem*, p. 31.

2. BULGÁRIA: DO SOCIALISMO À PARTICIPAÇÃO NA UNIÃO EUROPEIA

O presente capítulo tem o objetivo de fazer uma análise da Bulgária, país situado no leste europeu, caracterizado por muitos conflitos e guerras desde seus primórdios. Analisaremos neste capítulo os diferentes momentos históricos e políticos do país que nos levarão a compreender o atual contexto búlgaro no cenário internacional.

Serão destacados alguns marcos da história búlgara, principalmente a influência Russa no país, com o final da Segunda Guerra Mundial que resultou em cinco décadas do regime comunista búlgaro que moldou sua política e economia. Ainda será focado qual era a relação da Bulgária com países europeus do ocidente, em geral, e como ocorreu seu processo de redemocratização. Tais contextos levarão à análise do processo de adesão do país à União Europeia, demonstrando qual a atual situação búlgara, suas dificuldades e superações e ainda seu processo recente de adesão ao bloco. Para isso será utilizado Gramsci para que possamos analisar a Bulgária quanto sua cultura e desenvolvimento.

O capítulo será estruturado em quatro tópicos de acordo com fases históricas búlgaras, para que se possa compreender o atual contexto político, social e econômico do país, dividiremos o mesmo em: (2.1) Bulgária - breve história até o final da Segunda Guerra Mundial; (2.2) Contexto comunista búlgaro (2.3) Redemocratização búlgara e a relações da Bulgária com países do Ocidente; (2.4) Processo de adesão búlgara à União Europeia e os desafios enfrentados pelo bloco e pelo país.

2.1 BULGÁRIA – BREVE HISTÓRIA ATÉ O FINAL DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

O território da Bulgária, situado na península balcânica, limita-se ao norte com a Romênia, a leste com mar o Negro, ao sul com a Turquia e a Grécia e a oeste com

a Iugoslávia e a Macedônia.⁴⁴ O mesmo tem sido habitado desde os primeiros tempos históricos, permanecendo “durante longos séculos no chamado ‘olho do ciclone’, devastada por um sem-número de guerras e um outro tanto de invasões.”⁴⁵

Na segunda metade do século VII a Bulgária se formou, resultado da fusão de invasores búlgaros com uma população de sérvios que habitava o local. Relacionada a antiga Trácia, após a queda do império romano passa a ser dominada pelo exército bizantino que denomina o local de Estado da Bulgária, reconhecido em 681 d.C, onde se inicia seu quadro político que se caracterizava pela estreita relação entre o novo Estado com o império Bizantino.

Marcada por guerras em suas fronteiras durante grande parte de sua idade média os búlgaros acabam conseguindo atingir maior hegemonia política no Sudeste europeu a partir de 1218 estendendo seu território para o Mar Negro, Mar Egeu e Mar Adriático, desenvolvendo mais sua economia e cultura.

No ano de 1235, por desavenças internas monárquicas, o país acaba se dividindo em dois reinos e enfraquecendo, que culmina em 1396 com a dominação Turca Otomana na região. Situação que prevaleceu durante quase cinco séculos, marcados por tentativas constantes de retomada da liberdade. Surge dessa forma uma estrutura organizada de libertação nacional que contou com a participação em seu início de vários escritores, jornalistas, poetas, revolucionários etc, que colaboraram para que em 1876 eclodisse uma revolta contra a dominação otomana que foi marcada por grande represália brutal turca conhecida como “Horror Búlgaro”. A mesma acaba chamando a atenção de toda a Europa para as questões nacionais búlgaras. A Rússia, observando a influência turca na região acaba em 1877 invadindo os arredores de Constantinopla e consegue em 1878 restaurar o Estado búlgaro marcando assim sua influência.

A Grã-Bretanha e a Áustria, considerando intolerável tamanha influência Russa na região, convocam em 1878 um Congresso em Berlim com o objetivo de

⁴⁴ RUSSINOV, Spas, *La Bulgaria: paese. Economia e cultura*. Sofia 1. ed. in lingue straniere, 1970, p. 7.

⁴⁵ BURCHETT, *op. cit.*, p.10.

manter um “equilíbrio europeu” na região, o que divide a Bulgária em três partes. A divisão faz eclodir diversas revoltas nas regiões o que leva em 1887 a Proclamação da independência búlgara.

Desde sua proclamação de independência até os anos de 1912 o país passa por um período estável e pacífico do qual houve desenvolvimento da agricultura e construção de vias férreas que disponibilizava novos mercado. No ano de 1912 a Bulgária entra na Guerra dos Bálcãs juntamente com a Sérvia e a Grécia vencendo a Guerra, mas sofrendo represália em 1913 da Romênia, da Turquia e de seus aliados o que acaba prejudicando muito o desenvolvimento econômico e social do país. A participação na Primeira Guerra Mundial teve resultados catastróficos para a Bulgária resultando em um Tratado de Paz que impôs severas punições no pós Guerra, culminando na perda de parte de seu território.

O país modernizava-se na agricultura necessitando de posicionamento local no comércio, mas o que dificultava seu objetivo de integração comercial nos Bálcãs era a participação em conflitos passados não permitindo a adesão ao Pacto dos Bálcãs em 1934 que se destinava assegurar as fronteiras existentes. Com isso a Bulgária, com o apoio alemão, aumenta sua segurança coletiva ficando ainda mais distante de uma Unidade dos Bálcãs. Com a Segunda Guerra eclodindo, e com o país mais próximo da Alemanha como aliado formal, declara Guerra inicialmente a Grã-Bretanha, pois, a mesma não possuía uma visão nada boa para os búlgaros no que dizia respeito a sua política tradicional Balcânica. O país ainda participou da Guerra com suas tropas auxiliando em ocupações na Iugoslávia e na Grécia e depois nos Estados Unidos. É importante destacar que a Bulgária não declara Guerra contra a União Soviética por objetivar, por meios diplomáticos, conseguir manter vantagens fora da Guerra conservando assim sua situação econômica. A Segunda Guerra era impopular entre a população búlgara, o que levou o Rei Boris III a não permitir a deportação de cerca de 5000 judeus búlgaros para campos de concentração.

Oficialmente aliada à Alemanha a Bulgária estava ocupada em 1944 por tropas alemãs em seus territórios que se instalaram na região por questões estratégicas alemãs. Este fato levou aos soviéticos invadirem o país e declararem

Guerra à Bulgária. Sem condições de resistência armada búlgara suficientemente eficaz para conter as tropas soviéticas, a Bulgária viveu uma insurreição popular que levou em 10 de setembro do mesmo ano o governo revolucionário da Frente Patriótica integrado por comunistas, camponeses, social-democratas e outros grupos a alinharem-se à Rússia e declararem Guerra à Alemanha.

Ao final da Segunda Guerra Mundial, mantendo as fronteiras búlgaras intactas, a União Soviética consolida seus direitos na região aplicando seus esforços na contenção do fascismo. Aos poucos a influência soviética se afirma política e economicamente culminando em 1946 com a Proclamação da República Búlgara, levando o Partido Comunista ao poder. A elaboração de uma nova constituição caracterizou o país como República popular levando a partidos políticos da Frente Patriótica a serem banidos do poder, assim como, a nacionalização econômica e bancária e a organização de terras aráveis em cooperativas.

2.2 CONTEXTO COMUNISTA BÚLGARO

A Nova Constituição, aprovada pela “Gran Subranie”⁴⁶ em dezembro de 1947, teve um de seus redatores o chefe de Estado naquele momento, George Dimitrov, que era considerado o “homem que é uma montanha”, pois enfrentou a política nazista e foi preso em 1933 na Alemanha nazista acusado de incêndio do Reichstag (parlamento alemão), participa em 1944 da revolução búlgara e se torna primeiro-ministro em 1947 participando da redação da primeira Constituição da Bulgária socialista.

Durante muitos anos Dimitrov foi exilado na URSS e presidiu a Internacional Comunista. O mesmo, no entanto, apazigua de alguma forma o stalinismo exarcebado que se instalava historicamente em outros países comunistas, empregando na Bulgária um processo político mais aberto que levou em conta as condições concretas, particularidades e tradicionais búlgaras.

⁴⁶ BROWN, J.F. *Bulgaria under communist rule*. Assembléia Nacional Búlgara. 1. ed. Pall Mall Press, London: 1970, p. 13.

No país se formara uma original estrutura política, que conservou o sistema multipartidário. Aplicou-se, sobretudo por intermédio da Frente da Pátria, uma tática flexível. Dimitrov ensinava os comunistas a trabalhar criativa e responsabilmente, consolidando a democracia popular. Esforçava-se por encontrar o caminho menos doloroso rumo ao socialismo, partindo das condições concretas búlgaras. 'Cada povo caminhará para o socialismo, não por um único caminho *standartizado*, não obrigatoriamente, dependendo de suas condições históricas, nacionais, culturais e de outro tipo' dizia Dimitrov.⁴⁷

Evidentemente houve uma influência dos caminhos comunistas da URSS na Bulgária que objetivava uma rápida contenção da burguesia e derrota dos elementos de oposição. Com isso, Dimitrov passa a permitir no país a existência de apenas dois partidos: o Comunista e o Agrário.

Com a morte de Dimitrov em 1949, assume o poder Valko Chervenkov, que marca o país com uma política totalmente stalinista da qual se caracterizou por repressões injustificáveis e violação da legalidade. Em 1956, depois do XX Congresso do Partido Comunista, Chervenkov é substituído pelo primeiro ministro Anton Yugov e é a partir desse momento que é colocado em prática uma série de planos econômicos a longo prazo, a fim de converter a Bulgária de um país agrícola, em industrial.

A implementação do comunismo na Bulgária se caracterizou por um salto no desenvolvimento geral do país. Considerado anteriormente como um dos mais atrasados países da Europa passa a ser um dos mais adiantados, pois, "ao ingressar no sistema socialista, foi afastado o grande obstáculo do progresso social, que é a exploração desenfreada do homem pelo homem."⁴⁸

A Bulgária continha alguns obstáculos naturais que precisavam ser ultrapassados, pois, o país não conta com uma natureza que favoreça sua economia, não contendo petróleo nem gás natural o que não favorecia a indústria pesada, a metalurgia e a indústria química que ainda não era suficientemente capaz de produzir energia elétrica. Com base nisto houve a necessidade de investir na

⁴⁷ GODOY, Ivan. *Bulgária – Autogestão e socialismo*, 2. ed. São Paulo: Alfa Omega, 1989, p. 60.

⁴⁸ ALMEIDA, Fernando Barcellos de. In. *A constituição da Bulgária como exemplo do direito do socialismo avançado*. Porto Alegre: 1997, p. 19.

implementação de alternativas que pudessem desenvolver o país. Em suas análises sobre a Bulgária, Fernando Almeida cita o vice-primeiro-ministro Todor Bojinov, responsável por assuntos econômicos na época, que discorre sobre as alternativas que o país adotou para o crescimento:

Como nosso carvão é pobre e pouco e os recursos hidroelétricos escassos, desenvolvemos a energia nuclear e atualmente a Bulgária, é um dos maiores produtores do mundo “per capita”. Como a mão-de-obra é escassa, desenvolveu-se a automação e hoje nosso país é um dos maiores produtores e exportadores do mundo de robôs industriais, que operam fábricas inteiras e compensam a escassez de mão-de-obra. Em nenhuma parte do mundo se produz eletricidade com carvão de tão baixa caloria. Graças a técnicas inventadas pelos trabalhadores e cientistas búlgaros ... E assim a Bulgária é um dos raros países que tem superávit na balança do comércio exterior. Durante os últimos sete anos ela teve o maior crescimento do produto nacional bruto da Europa. Como se sabe. A intelectualização da produção é uma das principais características da nova base técnica de uma sociedade socialista.⁴⁹

A implementação dessas mudanças levou a resultados significativos para o país, como:

O analfabetismo totalmente erradicado e ainda o desemprego, sub-habitação, prostituição, esmoleiros deixaram de existir. Dos 80 por cento de antes do produto nacional bruto era vindo do campo, a situação se inverteu e 80 por cento passou a vim da indústria, apesar de a produção agrícola ter aumentado cerca de três vezes.⁵⁰

Em relação ao comércio internacional, o país contava com a ajuda da União Soviética, pois como membro do COMECON se beneficiando de sua relação com o Bloco que garantia os mercados importadores do país. O autor Burchett demonstra o fato , quando entrevista Andrei Lukanov, delegado búlgaro no COMECON:

Nosso comércio exterior, na medida de 75%, é com países do COMECON, a mais elevada taxa entre todos os países-membros. Sabemos de antemão que durante cinco anos 75 por cento de nossa produção para exportação tem mercado garantido a preços fixos. Isto nos proporciona uma extraordinária segurança em nosso planejamento econômico.⁵¹

Em Relações Internacionais observamos que esta bipolaridade vigente no sistema levou a elaboração de Teorias das quais caracterizam-se por tentar esclarecer algumas questões relevantes quanto à política internacional. Tais

⁴⁹ Ibidem.

⁵⁰ Ibidem.

⁵¹ BURCHETT, *op. cit.*, p. 19.

questões quando descritas por Kenneth Waltz em perspectiva neo-realista se caracterizam primeiramente pela tentativa constante das grandes potências de contrabalançar o poder o que da sustentação a “teoria da balança de poder⁵²”. Uma segunda perspectiva é a de que os Estados “menores e mais fracos tenderem a se alinhar às grandes potências a fim de preservar o máximo sua autonomia⁵³”. Essa teoria neo-realista caracteriza-se por não negar todas as possibilidades de integração entre os Estados, sustentando que “os cooperativos tentarão sempre maximizar seu poder relativo e preservar sua autonomia.”⁵⁴

O neo-realismo dessa forma consegue colocar a visão neoliberal em defensiva nos anos de 1980 por não conseguir justificar a cooperação entre as democracias industrializadas. A partir desse momento temos um novo debate em Relações Internacionais que se caracterizou por uma proximidade analítica entre neoliberais e neo-realistas que compartilharam de um ponto de partida analítico de caráter basicamente neo-realista: “o de que os Estados são os principais atores no ambiente, que ainda é uma anarquia internacional, e cuidam sempre de seus melhores interesses.”⁵⁵

O resultado da participação búlgara ao bloco soviético levou a elaboração, em 1971, de uma Nova Constituição da República Popular da Bulgária, aprovada através de um referendo popular. A mesma, considerada por Fernando Almeida como um exemplo do socialismo avançado, é caracterizada por não mencionar mais uma ditadura do proletariado, constante na constituição anterior, ingressando a partir desse momento em uma nova fase de seu socialismo.

O modelo econômico centralizado búlgaro que transformou o país em uma nação desenvolvida acaba demonstrando esgotamento já na década de 70. Fato que se observou com paulatina diminuição de desenvolvimento a partir de 1975 pela:

falta de possibilidades de introduzir mais recursos adicionais para o desenvolvimento da economia no que se referia a matérias primas, pela não

⁵² JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg. *Introdução às Relações internacionais*. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2002, p. 83.

⁵³ Ibidem.

⁵⁴ Ibidem.

⁵⁵ Ibidem.

possibilidade introdução de mais recursos humanos com a carência desses e ainda pela forma como eram operados os métodos e recursos típicos de uma economia centralizada e planificada que não oferecia riscos de perda do emprego culminando em um desinteresse por parte do empregados.⁵⁶

Com base nisso e visando um renascimento do socialismo, o presidente Todor Jivkov e outros dirigentes do Partido Comunista búlgaro, decidiram levar a prática uma “Perestroika búlgara” com características ainda mais profundas do que a desenvolvida na União Soviética.

Para a realização das mudanças fundamentais na administração e na própria economia búlgara o Partido Comunista criou condições para tal, fazendo defesa a autogestão econômica e destruição definitiva das antigas estruturas burocráticas e centralizadoras. Tais medidas ficaram conhecidas como “Decreto sobre a atividade econômica”, se caracterizando por delinear “a economia correspondente à tarefa de edificar um novo modelo de socialismo, garantindo o desenvolvimento da autogestão econômica e a destruição definitiva das estruturas administrativas de comando.”⁵⁷

Essas mudanças não foram suficientes e o enfraquecimento ainda maior do Partido Comunista se deu quando Todor Zhivkov ingressou no poder (1956) imobilizando a vida política no país em seu longo período de posse. O mesmo intensificou seus esforços na repressão de minorias étnicas no país, principalmente turcos, que foram obrigados a adotar identidade búlgara e proibidos de manifestarem suas atividades culturais o que acaba resultando emigração de etnias turcas do país, fato descrito por Daniela Dimitrova em sua tese:

In mid 80s the regime became highly intolerant for minorities. While in 1970 the Pomaks were forced to adopt a mainstream Bulgarian identity in 1984 the authority under Zhivkov's directions took yet another step by launching the so-called Revival Process. The pomaks were suppressed in their cultural activities and forced to adopt Bulgarian names. The unbearable pressure resulted in masses of ethnic Turks leaving the country and seeking settlement in heavily populated Turkish areas.⁵⁸

Como resultado desse êxodo maciço a economia búlgara piorou. Havia naquele momento uma antipatia nacional e internacional pela política que estava

⁵⁶ GODOY, *op. cit.*, p. 68.

⁵⁷ *Ibidem*, p. 75.

⁵⁸ DIMITROVA, Daniela Gr. *the Republic of Bulgaria's transition the Democracy: political and social implication*, Naval Postgraduate School Monterey CA, march 2001, p. 22.

sendo implementada. Com seu caráter tirânico, Zhivkov é retirado do poder em novembro de 1989, momento em que é marcado pelo começo da democratização búlgara.

2.3 REDEMOCRATIZAÇÃO BÚLGARA E RELAÇÕES DA BULGÁRIA COM PAÍSES DO OCIDENTE

Na tentativa de continuar uma política comunista no país, Mladenov, ministro dos negócios estrangeiros, lançou um plano que objetivou a modificação da denominação de Partido Comunista para Partido Socialista. A mudança significou uma renúncia quanto à exclusividade constitucional e o fim do programa de Zhivkov sobre a população turca. Paralelo a isto, já havia se formado no país um Plano de Reforma democrática, conhecido como União das Forças Democráticas (UFD) que reunidos na capital, Sofia, exigiam o fim do monopólio comunista e a implementação da democracia. As votações de 1990 tiveram representou uma vitória para os búlgaros, pois era a primeira vez que a fizeram. Como resultado 53 % de votos para socialistas enquanto um terço para a União de forças democráticas.

Com a liderança de Mladenov era prometida uma liberalização no país, se baseando no desenvolvimento do pluralismo nas comunicações, a volta dos turcos que haviam fugido da Bulgária, para que regressassem e recuperassem seus bens, a permissão a uma igualdade de oposição com entidades jurídicas, a eliminação do Estado de forças e ainda uma denúncia do passado totalitário. O objetivo naquele momento era promover uma rápida democratização demonstrando uma nova imagem do país para com o ocidente.

Os planos de Mladenov não conseguiram reestruturar a economia no país que ainda estava em decadência. Pelo não sucesso de socialistas a consolidar um governo, em dezembro de 1990, um tecnocrata não filiado ao partido socialista lança um programa ambicioso de reforma econômica, promulgado pela Assembléia Nacional búlgara em julho de 1991. Zhelev então entra no poder, sendo o primeiro presidente democrático da história contemporânea da Bulgária, marcando a vida

política do país. Uma nova Constituição entra em vigor no país, vigente até hoje, a mesma possui como princípios básicos:

Art1. (1) Bulgária es uma república de gobierno parlamentario; (2) Todo el poder del Estado proviene Del pueblo y es ejercido por él directamente o mediante los órganos previstos em esta Constitución; (3) Ninguna parte del pueblo, partido político u outra organización, institución estatal o persona puede arrogarse el ejercicio de la soberania.⁵⁹

No entanto, havia dificuldades no país para a consolidação democrática e para reformas financeiras. De 1990 a 1996 o país é marcado por graves crises, que se observava com: reservas de moedas para evitar a queda de salário e pensões, o empobrecimento da população cada vez maior, muitas privatizações e golpes de estado constantes que culminavam em grande rotatividade de governo em pouco tempo.

O governo do socialista Videnov em 1994 caracterizou-se pela piora ainda maior na economia. O mesmo foi marcado por grande corrupção, crime organizado, falência de empresas, exterminações de poupanças pessoais, dentre outras causas que culminaram em uma grande escala de emigração da população e ainda prejudicaram a imagem do país internacionalmente. “No final do ano de 1996 o país atingiu 300 por cento de inflação, encolhendo o seu PIB a 9 por cento.”⁶⁰ Com a saída de Videnov do poder se inicia o marco da redemocratização búlgara.

Com as eleições realizadas em abril de 1997, a Bulgária começa a consolidação de sua democracia. Democracia esta que, segundo a autora Daniela Dimitrova, em seus estudos sobre a transição democrática búlgara, diz ser:

historicamente a forma de governo, que proporciona, por definição, uma melhor proteção dos direitos humanos, em comparação com a maioria dos regimes totalitários. Sendo a consolidação da democracia uma fase importante, pois, exige um compromisso com a democracia, da qual é necessário que todos (elites, entidades públicas e a massa) acreditem, obedecendo e defendendo o sistema político do país. Envolvendo dessa forma uma robusta legitimidade partilhada imbuída de elementos normativos e comportamentais da qual há um comprometimento por parte da população às normas específicas e práticas do sistema constitucional do país.⁶¹

⁵⁹ BULGÁRIA, Constitución de la Republica de adoptada por la Asamblea Nacional Constituyente el 12 de Julio de 1991. Ed. por la Agencia Sofia Press. Complejo Poligráfico Planeta 999.

⁶⁰ DIMITROVA, *op. cit.*, p.102.

⁶¹ *Ibidem.*

A partir de 1997 é feito no país um plano de governo da República da Bulgária caracterizado por questões importantes tais como os objetivos para o futuro do país, a construção institucional de ordem democrática, a segurança, estabilização financeira, renascimento da agricultura, destacando aqui a preocupação búlgara com seu papel do internacionalmente e ainda o almejo à integração a OTAN e a União Européia.

A Bulgária, ao longo do tempo, foi consolidando sua democracia: controlando sua inflação, fixando sua moeda, desenvolvendo sua economia dentre outros fatores que conquistaram a confiança no modelo de governo. Formaram-se as bases para o amplo apoio da população com vistas a uma democracia legítima.

Com tantas guerras e consolidação política tardia, a Bulgária moldou através da sua história a forma de ser vista no Ocidente. A divisão mundial bipolar da Guerra Fria dificultou a manutenção de relações entre as duas metades da Europa até a década de 1960. A personalidade jurídica da União Européia não era reconhecida até 1980 pelos soviéticos, pois a mesma era considerada, “um braço político da OTAN, um grupo fechado que servia à classe exploradora e cujas contradições internas, de acordo com a análise marxista, levariam à sua desintegração.”⁶²

Por ter sido um país satélite soviético e ainda por ficar sobre a influência de política comunista por muito tempo, a Bulgária, como alguns países dos Bálcãs, não era solo fértil para a consolidação de um modelo econômico ocidental, devido à inexistência de uma classe média e por possuir uma maioria populacional que habitava o meio rural. Gramsci sabia tratar de situações características de países “capitalisticamente atrasados” e de industrialização tardia o mesmo observara que nesses locais havia uma “separação econômica, política e cultural entre o campo e cidade entre operários e camponeses, cuja realidade se traduzia em sobrevivências do feudalismo nessas regiões periféricas e uma correspondente psicologia

⁶² PUC-RJ. *As relações entre a UE e o Leste Europeu e o caminho para o alargamento*. Disponível em: <http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/cgi-bin/PRG_0599.EXE/9124_5.PDF?NrOcoSis=27845&CdLinPrg=pt>. Acesso em: 15 out. de 2008.

conservadora.”⁶³ Segundo Gramsci a sociedade ainda camponesa organiza-se por meio de valores herdados de antigas civilizações. O autor ainda vê nessa classe operária uma “natureza internacionalista” da qual o “sujeito histórico está apto a compreender numa perspectiva mais totalizante e unitária a própria questão nacional (e, no interior desta, a agrária) ao contrário dos movimentos políticos autonomistas e regionalistas.”⁶⁴ Para Gramsci a aliança desses operários camponeses como um bloco prepararia um processo revolucionário não só em alcance nacional, mas também, internacional.

A realidade da civilização búlgara, ainda primitiva, levou com que alguns fatores ideológicos dificultassem a imagem da Bulgária para com países do Ocidente. Durante muito tempo de sua história o país encontrava-se com uma economia em crise, o que o distanciava mais dos países do Ocidente. Além disso, o ocorrido em 1981, com o atentado ao Papa João Paulo II, fato que marcou o mundo cristão, teve a revelação de membros da organização terrorista turca “*The Gray Wolfs*” após três anos do acontecido de que a autoria do mesmo teria sido do Serviço de Segurança Búlgaro, mais propriamente de Sergei Antonov oficial da Airlines. Como a autoria não foi comprovada, o mesmo é libertado em 1986. Em 1984 a imagem do país foi novamente manchada pela intolerância a minorias étnicas, particularmente turcos, que tiveram que abandonar o país devido a políticas de repressão.

Nos anos de 1990, a Bulgária começou a demonstrar seu interesse em estreitar seus laços com a Europa ocidental e os Estados Unidos. Na Europa, com a visita do primeiro ministro búlgaro à sede da Comunidade Econômica Européia (CEE) em Bruxelas, foi assinado um Tratado com o objetivo de cooperação econômica removendo todos os obstáculos para o comércio até 1995. Com os EUA, recebeu promessas de ajuda substancial do presidente George W. Bush com vistas a prestar apoio nos combates da Guerra do Golfo. Desde o início da campanha búlgara para estreitar as relações com o Ocidente eram necessárias algumas reformas econômicas e de direitos humanos.

⁶³ MELLO, *op. cit.*, p. 42.

⁶⁴ *Ibidem*, p. 43.

A partir de 1997, com a democratização, o país começa a controlar sua inflação anual conquistando maior confiança financeira ocidental preocupando-se a partir de então com questões de políticas externas como a OTAN e a União Européia, das quais o país não havia manifestado interesse de adesão até aquele momento. Várias medidas foram empreendidas pelo governo com um todo, desde o Ministério das Relações Exteriores até o da Defesa, desde mudanças no conceito de segurança nacional à de promoção de iniciativas para melhorar a estabilidade no país nos Bálcãs afim de que o mesmo pudesse chegar às características de membro da OTAN e da União Européia.

Resultado dessas mudanças Bulgária se tornou membro da OTAN em 2004 e com muito esforço governamental para alinhar o país à legislação da União Européia em 1999 o mesmo é convidado para iniciar as negociações de adesão ao bloco, terminando em janeiro de 2007 com a adesão do país à União Européia.

2.4 PROCESSO DE ADESÃO BÚLGARA À UNIÃO EUROPÉIA E OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELO BLOCO E PELO PAÍS

O processo de adesão búlgara à União Européia se caracterizou por um marco na comunidade européia quanto à adesão de países da Europa Oriental. O país ainda possuía simbologias históricas: como sistema de trocas, que eram indispensáveis para suas estratégias econômicas. Nesse processo de integração foi desenvolvido um programa que concernia não somente às instituições nacionais ou às transformações do mercado econômico, mas possibilitava também aos búlgaros propor projetos que objetivavam uma redistribuição de bens e serviços na sociedade, preparando dessa forma a sociedade para participar da Comunidade européia.

A Bulgária, assim como outros países dos Bálcãs, concentrou seus esforços para aumentar a competitividade e preparar a região para futura adesão à União Européia. O que implicava em promover o desenvolvimento do setor privado, visando habilitar o país no ganho de vantagem comparativa: indústrias para

processamento do petróleo, produzindo fertilizantes, carbonato de sódio e outros produtos químicos não-orgânicos, ferrosos e não ferrosos; indústrias de processamento de metais; indústria agro-alimentar e turismo. Eram necessárias ainda reformas internas como proteção de liberdade cívica a nível europeu, implementação de novo mecanismo constitucional, reforço do sistema judicial no país assim como de aviação civil dentre outras mudanças que objetivavam cumprir com as normas para adesão europeia.

Em documento estratégico para o alargamento da União, a Comissão Europeia em 2002, indicou quais seriam os roteiros tomados para a adesão da Bulgária ao Bloco. O conteúdo desse documento contém planos de trabalho que visavam ajudar o país a preencher os critérios necessários para adesão ao bloco indicando as tarefas a serem desempenhadas pelo país, bem como, a assistência financeira que seria proporcionada pela União. O roteiro para a Bulgária estava concentrado na capacidade administrativa e judicial do país e nas reformas econômicas. Essas três áreas descreveram as diretrizes a serem tomadas: no que compete à capacidade judicial, a União indicou seu apoio à implementação de uma estratégia e um plano de ação para as reformas do sistema judicial; quanto às reformas econômicas, foram identificadas áreas prioritárias: o programa de privatizações, o desenvolvimento de pequenas e médias empresas, programa de redução e simplificação dos processos de licenciamento, reformas aduaneiras e fiscais, processos de falência, desenvolvimento de intermediações financeiras, o respeito ao direito de propriedade, transação de preço das terras agrícolas e de investimentos públicos em educação, meio ambiente, saúde e infra-estrutura.⁶⁵

Houve preocupação por parte de algumas nações membros do bloco europeu, como a França, que temiam que a adição de Nações com renda per capita muito menor que a do Bloco poderia sobrecarregar o mesmo economicamente e institucionalmente, temendo que a expansão diminuiria o poder de tomada de decisões na União Europeia. Estas críticas ainda se preocupavam com a adesão da Bulgária pelo alto índice de corrupção que a mesma carrega desde sua fase comunista. Alguns países, no entanto, como a Grã-Bretanha apoiaram uma maior

⁶⁵ EU. *Roadmaps for Bulgaria and Romania*. Activities of the European Union. Summaries of legislation. Disponível em: <<http://europa.eu/scadplus/leg/en/lvb/e50011.htm>>. Acesso em: 31 out. 2008.

expansão do bloco, alegando que a mesma aceleraria mudanças políticas e econômicas na Europa.

Essa nova expansão refletiu-se em duras condições impostas à entrada da Bulgária e da Romênia⁶⁶ no bloco. Dentre essas se incluíram os poderes por parte da Comissão Europeia a suspender alguns direitos que viriam com a filiação, como generosa ajuda econômica e ainda ameaças de suspender o reconhecimento de mandados de detenção e decisões tomadas pelos tribunais búlgaros se o país não melhorasse seu sistema judicial. Ainda houve por parte de alguns países membros da União Europeia receios de haver uma grande massa de civis orientais migrando para regiões mais desenvolvidas do bloco.

A União Europeia instituiu critérios para a adesão búlgara ao bloco, dentre os quais a instituição de uma cidadania comum aos nacionais de seu país; a execução de uma política externa e segurança comum, incluindo a definição gradual de uma política de defesa comum que poderá conduzir a uma defesa comum para fortalecimento da identidade europeia e sua independência a fim de promover a paz, a segurança e o progresso da Europa no mundo; facilitar a livre circulação de pessoas, em deixar de garantir a segurança dos seus povos, através da criação de um espaço de liberdade, segurança e justiça, em conformidade com o disposto no tratado de funcionamento da União Europeia; continuar o processo de criação de uma união cada vez mais estreita entre os povos da Europa, em que as decisões sejam tomadas tão perto quanto possível dos cidadãos dentre outros critério presentes na *“Consolidated version of the treaty on European Union and the Treaty on the Functioning of the European Union”*. Em suma, o processo de alargamento europeu se assenta em três princípios definidos a partir de 2005:

Consolidação dos compromissos, isto é, respeito pelos compromissos assumidos e prudência para firmar novos compromissos; condições de adesão rigorosas e justas, ou seja, preparação dos países candidatos para preencherem as suas obrigações de Estados – membros quando a adesão. O tratamento reservado a cada país depende dos seus próprios progressos, devendo a motivação manter-se constante. A transparência do processo também é necessária; comunicação ao público para garantir o êxito do

⁶⁶ País que se integrou ao bloco, juntamente com a Bulgária, e que possui condições econômicas e sociais semelhantes.

alargamento, ou seja, garantir o apoio dos cidadãos e a legitimidade democrática do processo.⁶⁷

A integração búlgara baseou-se na capacidade da União Europeia de reformar instituições com base nos desafios que o país enfrentaria na admissão como Estado membro. E com a recente estabilidade política búlgara e modificações em âmbitos internos a mesma acaba cumprindo os requisitos para a adesão ao bloco europeu, sendo a data de 01 de janeiro de 2007, marco de sua adesão definitiva.

Esta adesão contribuiu para por fim a divisões geográficas que sobraram da Guerra Fria, ampliando ainda mais as fronteiras europeias que contam atualmente com 27 países membros. A Bulgária considerada juntamente com a Romênia os membros mais pobres da União Europeia, é esperado, que a adesão ajudará a elevar a riqueza per capita que é um terço da média do bloco europeu. Com a adesão búlgara a União Europeia deu apoio estável político e econômico ao país implementando um Plano de ação europeu que elabora os fundos de ajuda para equiparação do país à União.

Portanto com a introdução desses fundos europeus o governo búlgaro comprometeu-se, no ano de 2008, à realização de reformas urgentes e de execução de medidas específicas destinadas à estabilidade dos sistemas de gestão europeu. Todas estas medidas deverão responder às recomendações da Comissão Europeia que dispõe como a Bulgária deverá controlar os fundos europeus. Tais medidas se resumem em: reforçar a capacidade administrativa da gestão de fundos da União Europeia, garantindo a estabilidade, a formação e especialização técnica de pessoal; evitar quaisquer potenciais conflitos de interesse nas redes globais de gestão de fundos; melhorar a fiscalização e transparência dos procedimentos de concursos públicos a nível central, regional e local, em estreita conformidade com as regras aplicáveis da União Europeia; aumentar o controle da legalidade e regularidade das despesas reais através da inspeção regular local e auditoria em todos os programas de financiamento dentre outras que tem por objetivo principal

⁶⁷ UE. *Estratégia de alargamento 2006-2007: desafios e capacidade de integração*. Actividades de União Europeia. Sínteses da legislação. Disponível em: <<http://europa.eu/scadplus/leg/pt/lvb/e50025.htm>>. Acesso em: 26 out. 2008.

garantir que o financiamento da União Europeia está protegido e que, quando necessário, ordens de cobrança serão aplicadas ao responsável pela execução ou a autoridades de supervisão evitando irregularidades ou fraudes.

A Bulgária ainda tem um grande desafio para com o bloco, por ainda contar com altos níveis de corrupção e crime organizado. O presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso afirmou em visita ao país em março de 2008: “High level corruption and organised crime have no place in the European Union cannot be tolerated ... It is a matter of public confidence that those who break the rule of law are not a bove the role of law.”⁶⁸

Críticas como estas faz com que o país trabalhe cada vez mais para realização de melhorias administrativas e jurídicas perante a Comissão. De acordo com relatórios das Nações Unidas, a criminalidade na Bulgária atinge grandes níveis representados por tráfico de drogas, de pessoas, furtos, assaltos dentre outros. O país ainda conta com níveis de corrupção alarmantes tanto em âmbito político como judicial o que acaba por gerar impactos na economia do país que é prejudicado com normas de concorrência desleais. O atual governo pretende implementar um plano de reformas para priorizar ainda mais a luta contra a corrupção e a criminalidade.

Com todo esse processo de integração realizado e mesmo com alguns desafios que ainda estão sendo enfrentados pelo bloco europeu com a adesão de países de recém consolidada democracia (caso búlgaro) observa-se que a parceria política entre Estados vem desenvolvendo uma capacidade de Sistema federal que permite, assim, o desenvolvimento de processos de institucionalização da União Europeia culminando no surgimento de mais um nível de integração regional: Integração política.

⁶⁸ WAGSTYL, Stefan. *Bulgária-Europa's Wild Frontier*. Financial Times. Disponível em: <http://international.ibox.bg/news/id_1460838994>. Acesso em: 17 out. 2008.

3. AMPLIAÇÃO DA UNIÃO EUROPÉIA E FUTURO DA BULGÁRIA EM MEIO A UM PROCESSO DE INTEGRAÇÃO POLÍTICA EUROPÉIA

Este trabalho tem discutido como foi o processo de adesão da Bulgária, país de recém democratização e níveis culturais, sociais e econômicos bem diferenciados da Europa Ocidental. Com a adesão ao bloco europeu o país sofreu e vem sofrendo modificações brutais internas para que fosse aceito na comunidade europeia. Após um período de sete anos, desde a abertura das negociações em 1999, o país se moldou para cumprir a exigência formal do Tratado de Amsterdã (1997), que discorre sobre valores democráticos, para sua completa adesão ao bloco em 2007.

A condicionalidade política tem sido institucionalizada na União Europeia, explorando fatores de ampliação do processo de integração, servindo como um instrumento efetivo na promoção da democracia. O Bloco conta com uma pluralidade de Estados, nações, povos e indivíduos de diferentes regiões, histórias e tradições culturais que geopoliticamente vem sendo incorporados à União.

No presente capítulo será analisado como a Europa caminha para a criação de um Tratado Constitucional que integrará o bloco politicamente os quais são os desafios que o bloco enfrentará para isso enfocando a Bulgária como análise principal. A partir dessa análise será destacado os principais desafios que serão confrontados tanto para a União Europeia quanto para a Bulgária no quadro europeu atual do qual mudanças de cunho institucional europeu se mostram necessárias.

Para melhor compreensão desta última fase do trabalho o capítulo será dividido em: (3.1) Interesses do Bloco Europeu na adesão da Bulgária; (3.2) Processo de maior unificação política europeia a partir da adesão de países novos em 2007; (3.3) Futuro do Bloco europeu e desafios que o bloco enfrentará para sua unificação política.

3.1 INTERESSES DO BLOCO EUROPEU NA ADESÃO DA BULGÁRIA

A Bulgária por muito tempo caracterizada por conflitos sangrentos aprendeu, ao longo de sua história, a conviver com tolerância pacífica com as diferenças. O país, considerado membro europeu em 2007 juntamente com a Romênia, marca um dos casos de adesão de países vindo do leste europeu, suscitando desconfianças profundas na medida em que tais países trazem em sua bagagem cinco décadas de regimes comunistas, situação que poderia dificultar sua adaptação ao que lhe foi e lhe está sendo exigido, isto é, o compromisso com o acervo comunitário europeu cujo volume e complexidade aumenta substancialmente.

Considerando o fato de que o nível de desenvolvimento econômico do país é significativamente mais baixo do que de países já membros da União, e ainda, a política de nivelamento e distribuição de recursos muitas vezes gera resistências por parte dos antigos membros da União Européia que dependem de benefícios e subsídios comunitários, ficam os questionamentos dos objetivos reais do Bloco em possuir a Bulgária em seu quadro de países membros.

A condição democrática para a adesão ao Bloco europeu teve sua primeira referência informal com o Relatório de Birkebach do Parlamento Europeu em 1962. Já em 1990 a Comissão Européia propôs um novo tipo de Acordo de adesão ao bloco para países do centro e leste europeu: os denominados “acordos europeus” assinados em 1993 e conhecidos como “Critérios de Copenhague”. Parecia, dessa forma, que a adesão búlgara a união européia estava longe de ser algo concreto, pois, a mesma ainda não havia consolidado sua democracia e os critérios se resumiram em:

existência de instituições democráticas estáveis, estado de direito, direito humanos e o respeito e a proteção de minorias, uma economia de mercado dentro de um mercado em funcionamento e a capacidade de lidar com pressões competitivas e forças de mercado dentro da União, além da capacidade de desempenhar as obrigações de membro do bloco, incluindo a adesão aos princípios de união política, econômica e social.⁶⁹

⁶⁹ HOFFMAN, Andréa Ribeiro; SOUZA NETO, Danilo Marcondes de. *O processo de institucionalização da condicionalidade política na União Européia e sua eficácia como instrumento de promoção da democracia*. Contexto internacional. v. 29.n. 2. jul/dez 2007, pp. 337-362.

Com o começo da consolidação democrática búlgara em 1997, iniciaram-se preocupações do país com direitos humanos e fortalecimento paulatino de sua economia. O primeiro Tratado da União Européia que realmente definiu de maneira clara e precisa a manutenção do regime democrático como condição de participação no bloco foi o Tratado de Amsterdã, assinado também em 1997, onde a Bulgária começa, a partir de então, a estreitar seus laços com a Comunidade Européia.

Ao analisarmos os países dos Bálcãs caracterizados por áreas geográficas que se “assemelham à África, não possuindo nenhuma unidade lingüístico-cultural nem governo próprio”⁷⁰ observamos a fragilidade com que os mesmos sempre estiveram. Neste contexto a adesão da Bulgária e ainda o começo de negociações do Bloco europeu com outros países⁷¹ afirmam uma integração cada vez mais transnacional européia constituindo, dessa forma, um meio de acabar com antigas questões sobre nacionalidades, tema recorrente na política européia desde a consolidação dos estados nacionais no século XIX.

O que se espera com a adesão da Bulgária, como com as futuras possíveis adesões da União Européia, é que:

todas as partes sejam capazes de construir objetivos, lealdades e identidades comuns que, superpondo-se às diferenças e particularidades que as definem, possam formar, em uma região de conflitos exacerbados, uma comunidade política unificada, pacífica e democrática.⁷²

Nesse novo contexto integracionista europeu que incorpora para seu âmago um país como a Bulgária de trajetória política própria, cultura, crenças e práticas enraizadas em suas origens históricas espera-se que com a entrada de países do leste europeu no Bloco possa haver um compartilhamento de princípios e objetivos que formam a base do projeto de integração europeu que conta agora com novas indagações gerando uma série de debates sobre o assunto.

⁷⁰ ALVES, José Augusto Lindgren *Os Bálcãs novamente esquecido*. Revista Brasileira de política internacional. v. 47. n. 1. Brasília: jan/jun. 2004.

⁷¹ Passos já foram dado pelo Bloco, prevendo a adesão da Bósnia-Herzegovina, Croácia, República Federal da Iugoslávia, Macedônia, Albânia e, talvez, da Bielorrússia, Geórgia, Armênia e Turquia.

⁷² CAMARGO, Sonia de. *A União Européia: uma comunidade em construção*. Contexto internacional. v. 20. n. 2. Rio de Janeiro: maio/ago. 2008.

O país conta com uma população misturada entre búlgaros, turcos, ciganos, armênios, judeus e outros. Carregada por uma cultura mística com história de tesouros enterrados e ainda composta por magníficos afrescos e muitos brilhantes a Bulgária se caracteriza por festivais e costumes que remontam a tempos remotos quando o homem tentou apaziguar os elementos naturais. Destacamos ainda as diferenças lingüísticas que o país possui com o resto da Europa: o búlgaro que é falado apenas nesse território.

Na Bulgária como em toda a Europa observam-se diferenças não só socioeconômicas como também culturais. Essas diferenças se caracterizam no país por serem mais místicas levando-nos a pensar sobre ditos gramscianos de que “o universal é sempre um particular potencializado em escala ampliada” não fica claro que seria impossível dentro da sociedade européia negar as diferenças marcantes entre a Bulgária e outros países da Europa o que gera de certa forma dentro do bloco certo sentimento de diferenciação do país dentro União.

Essas diferenças influenciam muito na questão européia atual que será fonte de análise final deste trabalho. A questão institucional européia atual que questiona o lugar que o Estado nacional ocupará dentro da União e as funções que o mesmo exercerá, será respondida através do projeto de integração europeu que está sendo construído.

A tentativa de constitucionalização do modelo político – institucional europeu, ligado a ampliação das suas fronteiras geopolíticas passou nos últimos tempos a ser tema central europeu, principalmente com a adesão de novos países, como a Bulgária à União.

3.2 PROCESSO DE MAIOR UNIFICAÇÃO POLÍTICA EUROPÉIA A PARTIR DA ADESÃO DE NOVOS PAÍSES

A recente incorporação de doze novos Estados⁷³ à União Européia e as que estão previstas para um futuro próximo⁷⁴ tornarão a União politicamente diferente

⁷³ Adesão da Polônia, Hungria, República Tcheca, Eslovênia, Estônia, Eslováquia, Letônia, Lituânia, Chipre, Malta, Bulgária e Romênia que ocorreram a partir de maio de 2004 e janeiro de 2007.

exigindo uma revisão profunda da arquitetura da velha engrenagem institucional europeia de Comissão-Conselho-Parlamento. Surge a partir daí, com unanimidade, uma necessidade de constitucionalizar a estrutura institucional que estava sendo revista. No entanto o conteúdo dessa nova arquitetura não está se encontrando ainda em consenso com todos os países.

Se fizermos um paralelo dos pensamentos de Gramsci quanto às revoluções que só têm probabilidade de sucesso quando se baseiam nas necessidades e nas exigências da cultura e a atual situação vigente na União Europeia conseguimos fazer uma reflexão quanto ao momento que a mesma está vivendo. O autor estuda “com exatidão a combinação de forças nacionais que a classe internacional deverá dirigir e desenvolver segundo a perspectiva e as diretrizes internacionais.”⁷⁵ Há dessa forma uma estratégia política de aproximação e assimilação das multiplicidades de visões de mundo arraigadas a horizontes particulares. Essa aproximação levará a uma luta pela unificação cultural do gênero humano.

Gramsci afirma ainda que “o movimento ‘nacional’ terá que ser uma expressão do movimento internacional, tendo o mapa mundi como horizonte último.”⁷⁶ Dessa forma o autor ainda comenta sobre uma “europeização” dos fenômenos econômicos e políticos, enquanto aspecto e momento da própria mundialização do sistema capitalista. Parece-nos que Gramsci estava de forma visionária descrevendo o momento integracionista em que nos propomos a discutir nesse trabalho, momento este, que se encontra em um patamar máximo já visto pela integração regional que necessitará da promoção de reformas institucionais dentro do Bloco Europeu.

As demandas por uma reforma institucional no atual contexto da União Europeia devem, segundo a autora Sonia Camargo, se firmar em três questões prioritárias que deverão ser incorporadas em um novo Tratado Reformador, sendo elas:

⁷⁴ Adesão da Croácia prevista para 2010 e da Turquia sem data prevista.

⁷⁵ MELLO, *op. cit.*, p. 68.

⁷⁶ *Ibidem*, p. 72.

Primeiro uma agenda econômica e social extensa que, acoplada a mudanças políticas, deverá abranger grande parte das esferas da vida cotidiana, o que vai exigir alterações na própria arquitetura institucional da União; segundo, a reformulação e consolidação das formas de representação popular que assegurem uma participação ampla recente ampliação e da perspectiva de novas adesões que, aumentando significativamente o tamanho e a heterogeneidade do bloco, irão produzir um impacto crescente na distribuição de recursos políticos e econômico – financeiros; por último, reformas que unifiquem o tratamento dado à política externa e à política internacional da região como resposta às mudanças na economia global e na geopolítica mundial e ao desejo da União Européia de fortalecer seu papel internacional e global.⁷⁷

Diante de um novo Tratado da União que abre caminhos para uma Europa politicamente unificada, caminhos estes que já foram tentados anteriormente, mas que foram novamente interrompidos, devemos retomar aos primórdios europeus de integração para que possamos entender a recente rejeição européia ao Tratado Reformador, ou Tratado de Lisboa.

Em 1950 após haver sido constituída a Comunidade Européia do Carvão e do Aço (CECA), houve a tentativa da criação de uma Comunidade Européia de Defesa, que parecia resolver a questão tão temida do rearmamento na Alemanha, pois, tinha como objetivo a criação de uma futura comunidade política federal ou confederal fundada em uma separação dos poderes e em um sistema representativo formado por um Parlamento dividido em duas Câmaras. Discutido entre os anos de 1953-54 o mesmo não foi aprovado graças à rejeição francesa, que percebia uma inspiração claramente federalista na futura Comunidade de Defesa.

Com a rejeição francesa, foi afastada por longos anos a idéia da formação de uma comunidade política européia, abrindo espaço para que se avançasse a realização de um objetivo econômico imediato. Mas havia a necessidade de aprofundar e renovar as instituições comunitárias o que culminou no Tratado da União criado por uma Comissão institucional, presidida por Altiero Spinelli, que ressuscitava a perspectiva federalista e possuía como um de seus objetivos a substituição dos diversos instrumentos jurídicos existentes por um sistema único, mas o mesmo não foi aprovado. Em contraposição a idéias de Spinelli foi assinado em 1985 e entrou em vigor em 1987 o Ato Único Europeu.

⁷⁷ CAMARGO, *op. cit.*

O Ato Único possuía uma racionalidade fundamentalmente econômica com normas institucionais voltadas para facilitar a realização do mercado único assegurando a livre circulação de pessoas, capitais, serviços e mercadorias permitindo uma coesão econômica e social, que beneficiava países menos desenvolvidos do sul da Europa. Este tratado se caracterizou por ganhos institucionais como a “introdução na esfera jurídica de novos setores, com a política externa comum e a cooperação regional que não havia aparecido de forma explícita no Tratado de Roma.”⁷⁸

Priorizando questões econômicas a União europeia apresentou, em 1992, o Tratado de Maastricht, momento em a Europa vivia períodos de mudanças: como o fim da Guerra Fria e a desintegração do antigo bloco do Leste europeu, a fragmentação da Europa Central com a queda do Muro de Berlim, alterações no equilíbrio geopolítico e grave crise na economia mundial. Tais motivos levaram a adoção do Tratado a partir de 1999 que estabeleceu uma União econômica e monetária, com estabelecimento de moeda única e Banco central único deixando novamente de lado a antiga idéia da união política.

Em 1997 é assinado o Tratado de Amsterdã, que foi posto em vigor em 1999 e que objetivava solucionar o problema do antigo “déficit democrático”. O mesmo incluiu um protocolo que se comprometia em respeitar os direitos sociais definidos na Carta Comunitária de Direitos Sociais. O mesmo apresentava mudanças e novos desafios para o bloco, dentre eles, a decisão tomada em Helsinque em dezembro de 1999 pelos chefes de Estados de elevar para doze o número de países admitidos a negociar com a União, desde que os mesmos, preenchessem os critérios políticos e econômicos requeridos, estabelecendo-se assim um calendário para a reforma das instituições europeias.

Diante da perspectiva de incorporação de milhões de novos cidadãos que compartilhariam recursos políticos e econômicos, observou-se a necessidade de transformações institucionais, necessárias para a concretização do projeto de ampliação europeu. Com isso o Tratado de Nice é assinado em 2001 e colocado em

⁷⁸ Ibidem.

prática em 2003, alterando a composição da Comissão europeia quanto ao número de representantes de cada Estado:

Definiu-se que, enquanto o número de Estados não fosse excessivo, cada um teria direito a um único comissário, independentemente de seu tamanho ou população. Contudo, quando o número de Estados passasse de 27, comprometendo com isso a eficácia de seu funcionamento, o número de membros da Comissão seria inferior ao número de Estados.⁷⁹

O sentimento europeu quanto à adesão de outros Estados geraram o senso de que o sistema institucional europeu ainda não teria a capacidade de enfrentar os desafios que estavam por virem. As discussões no momento giravam em torno da problemática da integração europeia e das soberanias dos Estados nacionais, dessa forma, diversos juristas, cientistas políticos, políticos e a opinião pública de toda a Europa esboçavam suas opiniões. As opiniões estavam divididas entre os que defendiam que para consolidar a integração europeia haveria a necessidade de uma partilha de soberania entre a União e os Estados nacionais, e contrapartida os denominados federalistas, que compartilhavam a visão de uma Federação europeia com bases democráticas.

Visando dar respostas a tantas dúvidas quanto ao futuro político europeu, o Conselho Europeu reuniu-se em 2001 em uma convenção europeia da qual o ponto central era a idéia de que a União Europeia deveria deixar de ser uma pura organização internacional especializada em questões econômicas, passando a exercer, explicitamente, uma ação política unificada, muito além das posições e das ações conjuntas vigentes até o momento. Naquele momento, tornava-se fundamental que os governos europeus ampliassem a discussão junto à sociedade civil. As questões básicas que a Convenção se propunha a examinar incluíam:

Democratização efetiva do processo de integração por meio da participação dos cidadãos no processo de aprofundamento da União Europeia; aumento da transparência por meio da divisão clara de competências entre a União e os Estados-membros; unificação e reorganização dos tratados já existentes na perspectiva de se formular um novo Tratado da União que abrigasse uma Constituição para a Europa.⁸⁰

⁷⁹ Ibidem.

⁸⁰ Ibidem.

Houve aprovação por consenso pelo Conselho Europeu, reunido em Salônica em julho de 2003. Partindo dessa perspectiva em junho do mesmo ano foi lançada uma proposta final do Tratado Constitucional que foi aprovado pelo Conselho Europeu, em junho de 2004 em Bruxelas.

O Tratado Constitucional, de 2004, tratava do modelo político que seria adotado, a resposta foi o de uma Federação de Estados Democráticos como garantia de uma democracia supranacional. Era presente durante os debates uma proposta que defendia um Estado federal, mas a mesma foi eliminada por oposição especialmente do Reino Unido, com isso, ficou estipulada uma divisão clara entre competências compartilhadas e competências exclusivas da União Européia.

O Tratado Constitucional foi rejeitado por parte dos setores da população européia em 2005. Segundo análises da autora Camargo a razão da rejeição estaria não nos aspectos novos que o Tratado Institucional estaria apresentando e sim no que teria deixado de fora, isto é, no fato de que as medidas institucionais, as orientações da economia e as políticas sociais, em um contexto do enfraquecimento da social democracia européia e da chegada de países da “outra Europa”, não tivessem dado respostas claras e satisfatórias aos desafios que a Europa estava enfrentando no momento.

Esse distanciamento entre o que os cidadãos europeus esperam com os benefícios de uma Europa politicamente unida e o que os dirigentes europeus esperam abriu um novo período de reflexão na União Européia. A reflexão nesse momento está norteadada sobre o aspecto estrutural da União e um possível déficit democrático que a mesma possui para com a efetiva participação dos cidadãos dos Estados-membros.

A problemática da participação democrática na União européia está em seu Conselho e seu Parlamento. Enquanto o Conselho europeu incorpora o conceito de órgão intergovernamental com caráter representativo, contendo, membros representantes dos Estados que são indicados conforme matéria a tratar as circunstâncias do momento, a defesa dos interesses nacionais, dentre outros. O Parlamento não participa de todas às assembleias parlamentares dos Estados-

membros, possuindo limitado poder de intervenção no estabelecimento do orçamento comunitário dentre outras limitações como desprovemento de capacidade plena decisória (Tratado de Maastrich – 1992), os mesmos, deixam claro que há um vácuo no déficit democrático europeu. Este déficit está prejudicando todo o processo de integração comunitária europeia que segundo Souza, é evidente quando:

não possibilita ao cidadão refletir sobre determinada questão, independentemente do grau de relevância dessa, o que agrava ainda mais o atual quadro, uma vez que muitos dos debates travados no Conselho da União Europeia são de interesses profundos dos Estados-membros. A população além de não ter chance de debater a proposta em tela, recebe e tem que cumprir os resultados, assim como as conseqüências advindas daquela, quer sejam positivas ou negativas. A ausência da participação popular produz um ambiente de descrença e insatisfação.⁸¹

A rejeição ao Tratado Constitucional marcou o ano de 2007 pelo comprometimento da presidência da União em apresentar propostas concretas que pudessem ressuscitar o processo interrompido da tentativa de um Tratado Constitucional. Uma dessas tentativas de revitalização consistiu na idéia de que, naquele momento, o avanço do projeto de uma Europa politicamente integrada só seria possível se houvesse reformas substanciais na atual base jurídica da União. A população europeia se sensibilizou, pois, além da Romênia e Bulgária que acabavam de se integrar ao bloco, estavam previstas negociações com outros Estados dos Bálcãs Ocidentais, países esses, com problemas de corrupção, que deveriam ter sua adesão juridicamente assegurada. Uma outra proposta discutida foi a da modificação do próprio Tratado Constitucional, mas para que isso fosse possível, seria necessário que os 27 Estados da União estivessem unanimemente de acordo com as emendas, sendo todas estas ratificadas por referendo ou via parlamentar.

Dentre tantas outras tentativas de renegociação do Tratado Constitucional, o mesmo foi considerado inimaginável e optou-se a partir daí, após uma reunião de trabalho entre os delegados dos 27 Estados – membros e a chanceler alemã Ângela

⁸¹ SOUZA, André Barbieri. *A União europeia e o déficit democrático: um estudo a partir de Jurgen Habermas*. Disponível em: <http://www.conpedi.org/manaus/arquivos/anais/bh/andre_barbieri_souza.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2008.

Merkel, abandonar o formato do Tratado Constitucional e em seu lugar, seria impulsionado:

um tratado clássico que introduziria emendas nos dois documentos em vigor, o Tratado da União Europeia (Tratado de Maastricht de 1992) e o Tratado da Comunidade Europeia (Tratado de Roma de 1954), este último passado a chamar-se 'Tratado para o funcionamento da União', abandonando-se, assim, o termo 'Comunidade'.⁸²

Durante o segundo semestre de 2007, foi convocada uma Conferência Intergovernamental que teve o objetivo de redigir o texto de um novo tratado. O Tratado Reformador o mesmo foi batizado de Tratado de Lisboa.

3.3 FUTURO DO BLOCO EUROPEU E DESAFIOS QUE O BLOCO ENFRENTARÁ PARA SUA UNIFICAÇÃO POLÍTICA

Com o Tratado de Lisboa, foi abandonada a idéia de se estabelecer uma Constituição para a União Europeia. O mesmo previu que, a partir de 2009, a figura de um alto representante para a Política Externa e de Segurança Comum, que passaria a exercer também o cargo de vice-presidente da Comissão Europeia e de presidente do Conselho de Ministros dos Negócios Estrangeiros. A partir de 2014, as decisões no Conselho da União Europeia, também conhecido como conselho de ministros, serão tomadas seguindo o princípio da chamada "dupla maioria" – 55% dos países representando ao menos 65% da população. Essa atual divisão faz com que alguns países percam a força quanto a decisões de mudanças europeias.

Outras alterações é o fortalecimento dos parlamentos nacionais, que poderão questionar juridicamente decisões da União Europeia, e ainda, a conquista da Bulgária que conseguiu chamar a moeda comum europeia de 'evro' em vez de 'euro', usando o alfabeto cirílico.⁸³

A aprovação do Tratado se deu com o Conselho reunido em Lisboa em outubro de 2007 e sua assinatura em 13 de dezembro de 2007 pelos 27 dirigentes da União que deram início ao processo de ratificação, que recebeu sua primeira

⁸² CAMARGO, *op. cit.*

⁸³ UE. *Tratado que substitui a Constituição europeia aprovado em Lisboa*. Deutsche Welle. Disponível em: <<http://alemania-hoy.com/dw/article/0,2144,2831664,00.html>>. Acesso em: 28 out. 2008.

aprovação pela Assembléia Nacional da Hungria em 17 de dezembro de 2007. A Bulgária ratificou o mesmo em 28 de abril de 2008.

Analisaremos o Tratado em perspectivas gramscianas quanto a essa nova fase de integração da União européia podemos fazer um paralelo entre o Estado ampliado e a democracia em um local em que há diversas nacionalidades e que aspectos históricos são relevantes. Quando analisamos o tema em Gramsci “tão importante quanto ‘tornar-se Estado’⁸⁴ está a prestação de contas com às realidades sociais, políticas e culturais que cada povo representa e suas aspirações. O conceito de hegemonia para o autor vem arquitetado no interior do contexto do Estado-nação como:

“Exercício de direção político – cultural que cimenta e desenvolve uma vontade coletiva nacional, em que o Estado é concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar condições favoráveis à expansão máxima desse grupo.”⁸⁵

Quando falamos em hegemonia para Gramsci, que estava voltado para os problemas inerentes ao processo político da unificação italiana, ligamos essa hegemonia à elaboração sistemática de uma teoria não só de questões nacionais como também meridionais. O autor advertia que “toda relação de hegemonia ultrapassa as fronteiras de uma nação,”⁸⁶ podemos concluir dessa forma, que hegemonia esta intimamente relacionada a relações de “mundialização” e transnacionalismo.

Levando a perspectiva de interação política européia podemos considerar esse processo como método de estudo para o tema das nações e dos povos em relação ao Estado com que Gramsci faz uma relação complexa. O autor observando a questão dos povos e das nacionalidades entrelaça o tema com o “fazer-se Estado”: “Existe em Gramsci, freqüentemente de maneira implícita, mas algumas vezes explícita, a idéia da vida estatal como vida ‘ética’, sem que seja fácil mais uma

⁸⁴ MÉDICI, *op. cit.*

⁸⁵ MELLO, *op. cit.*, p. 24.

⁸⁶ *Ibidem*, p. 27.

vez estabelecer a ascendência precisa desse ponto⁸⁷”. Portanto para Gramsci é convicção de que os indivíduos singulares podem e devem tomar em suas mãos os próprios destinos individuais, reconciliando-se com a história e participando ativamente da produção da história do mundo. Presume-se então “os objetivos e a finalidade a que o agir humano se propõe (no caso, a instauração de uma ordem social e política radicalmente renovada em termos intelectuais e morais)... tornem-se possível com o aparecimento de uma vontade coletiva capaz de fundar uma ‘nova ordem’.”⁸⁸

A experiência negativa da União quanto ao Tratado Constitucional europeu, que poderia ter incentivado modificações nos procedimentos para presidir a assinatura do Tratado de Lisboa não exerceu influências quanto a modificações deste. As negociações foram feitas de maneira sigilosa entre os 27 Estados-membros o que, novamente, fez com que os termos não chegassem aos cidadãos europeus “não só porque o Novo Tratado, ao se apresentar como um catálogo de alterações dos Tratados anteriores obrigava a constantes e trabalhosas consultas, como também porque o tempo entre a apresentação do projeto e sua aprovação fora apenas de dois meses.”⁸⁹ O método de negociação secreta entre os Estados e a falta de transparência sobre o conteúdo das propostas europeias, deixam a população cada vez mais distante de um debate público.

Ficamos cada vez mais longe das propostas gramscianas do projeto de hegemonia que “além de formar pessoas críticas, libertas e éticas, incentiva o desencadear do movimento real que supera o estado atual das coisas e prepara os dirigentes.”⁹⁰ Com a conquista dessa hegemonia haveria a mobilização na direção de processos políticos e culturais capazes de expandir para toda a sociedade a democracia popular.

A União europeia afasta-se da idéia de democracia popular, pois, com a não ratificação do Tratado Constitucional a aprovação modificou a forma de aprovação do futuro Tratado Reformador, a partir de então, um eventual “não” em qualquer

⁸⁷ MÉDICI, *op. cit.*

⁸⁸ *Ibidem.*

⁸⁹ CAMARGO, *op. cit.*

⁹⁰ MÉDICI, *op. cit.*

ratificação dos 27 países não significará a morte do Tratado. A ratificação do Tratado de Lisboa dar-se-á por meio apenas parlamentar. Três Partidos vão permitir que a Assembleia da República ratifique este Tratado (OS, PSD, CDS-PP) “considerado para os que aprovam como um marco da construção europeia, mas para os que estão contra como uma perda da soberania nacional⁹¹”. A “Nova Europa” que se formou após as ampliações de 2004-2007 está longe de encontrar um rumo que satisfaça os desejos e necessidades de sua população, ou no melhor dos casos:

Haver conseguido que suas instituições e políticas sejam mais bem conhecidas e, sobretudo, acompanhadas de perto pelos cidadãos europeus, que, já quase alcançando 500 milhões exigem uma definição clara do quadro econômico, social e político que passará a reger sua ‘vida em conjunto’.⁹²

As propostas do presente Tratado consistem em alterar sem substituir os Tratados da União Europeia e da Comunidade Europeia atualmente em vigor. Dentre algumas propostas destacamos: “Uma Europa mais democrática e transparente”⁹³ com um papel mais reforçado para o Parlamento europeu e os Parlamentos nacionais objetivando dessa forma o aumento da participação dos cidadãos europeus na União; “Uma Europa mais eficiente, com regras de votação e métodos de trabalhos simplificados instituições modernas e um funcionamento mais racional”⁹⁴ adaptados a realidade europeia de 27 Estados-membros que desencadeará em maior capacidade de intervenção dos países em áreas prioritárias hoje e “Uma Europa de direitos e valores, liberdade, solidariedade e segurança⁹⁵” priorizando assim valores da União. O Tratado será aplicado com a ratificação dos 27 países membros da União com a data limite para a ratificação de 1 de Janeiro de 2009. Analisando os questionamentos gramsciniano de que:

Será ainda possível, no mundo moderno, a hegemonia cultural de uma nação sobre as outras? Ou já estará o mundo de tal modo unificado na sua estrutura econômico-social, que um país, ainda que podendo ter ‘cronologicamente’ a iniciativa de uma inovação, não pode, porém,

⁹¹ RTP. *Tratado de Lisboa ratificado hoje no parlamento*. Notícias.rtp.pt. Disponível em: <<http://ww1.rtp.pt/noticias/index.php?article=341614&visual=26&rss=0>>. Acesso em: 01 nov. 2008.

⁹² CAMARGO, *op. cit.*

⁹³ EU. *Tratado de Lisboa: a Europa rumo ao século XIX*. Disponível em: <http://europa.eu/lisbon_treaty/glance/index_pt.htm>. Acesso em: 02 nov. 2008.

⁹⁴ *Ibidem*.

⁹⁵ *Idem*

conservar o 'monopólio político' e, portanto, servir-se de tal monopólio como base de hegemonia?⁹⁶

Podemos responder a estes tomando como base a perspectiva de uma Europa mais unida. A Europa atual com um contingente populacional que atinge quase 500 milhões de pessoas está evoluindo para um novo processo. Os Estados que compõe a atual União, como foi mostrado ao longo desse trabalho com análises da Bulgária possuem algumas dificuldades ainda quanto à política com altos índices de corrupção, quanto à sociedade que ainda é marcada pela violência, prostituição e tráfico de drogas e quanto a sua economia que esta se reerguendo paulatinamente.

O presente Tratado, como afirmou o Ministro Exterior búlgaro, Dimitar Tsanchev, “possui os orçamentos para que a UE responda às expectativas públicas⁹⁷”. O mesmo ajudaria na interação de países como a Bulgária que aderiram recentemente ao Bloco com algumas propostas que ajudariam a resolver alguns problemas internos, já citados, impulsionando a uma maior integração da União européia.

Mas, o mesmo, recebeu voto negativo por parte da Irlanda, em junho de 2008, interrompendo mais uma vez o processo de integração política. A Irlanda alegou que teme que o mesmo possa contrariar suas tradições e ainda temia uma majoração fiscal no país, fatos estes, que não são afirmáveis quando se analisa o Tratado. Tal rejeição leva a União a mais uma crise de crescimento semelhante a do Tratado Constitucional retomando, novamente, o temor da estagnação quanto às negociações.

Gramsci quando questionou o monopólio político estava dando bases a essa Nova Europa, mas tais bases de monopólio devem ser consolidadas pelo menos em boa parte dos países europeus para que então se atinja uma base hegemônica européia que possa beneficiar ao Bloco. Fato este que historicamente será um marco mundial quanto à integração regional.

⁹⁶ MELLO, *op. cit.*, p. 30.

⁹⁷ FOLHA ONLINE. *Governo búlgaro lamenta rejeição irlandesa ao Tratado de Lisboa*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u412405.shtml>>. Acesso em: 02 nov. 2008.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o final da Guerra Fria pudemos observar mudanças mundiais radicais que culminaram na incorporação de novos processos internacionais, aparecimento de novos atores e novas questões de estudos das Relações internacionais. Analisando a União Européia dentro destas podemos afirmar, dentre outras coisas, que a transnacionalização que prevaleceu com o final da Guerra Fria com seu caráter principista e exacerbado pela ilusão de instantaneidade e de proximidade, constrói novas identidades que se crêem mais verdadeiras, mais sólidas, mais naturais do que identidades nacionais. Isso resume bem o que acontece dentro da União atualmente.

A idéia de uma Europa politicamente integrada apareceu desde seus primórdios com a Comunidade européia do Carvão e do Aço, mas a mesma, sempre encontra um impasse para sua realização. Com a recente experiência negativa da tentativa da aprovação de um Tratado Constitucional a Europa ficou mais uma vez desacreditada quanto à consolidação desse projeto.

A União Européia atual encontra um impasse, pois em seu seio, abriga mais de 500 milhões de pessoas consideradas cidadãos europeus que participam de forma democrática do Bloco. Cada qual com suas diferentes experiências políticas, históricas, econômicas e sociais principalmente países recém aderidos ao Bloco como enfatizamos nesse trabalho o caso da Bulgária. A homogeneidade européia passa a partir daí a ser fruto de discussões quanto ao funcionamento da União.

Mas o problema da homogeneidade não é tão forte se comparado com uma crise de legitimação que o Bloco esta sofrendo e que o impede de concretizar seus objetivos de unificação política. Essa crise consiste na contradição entre os direitos igualitários e as normas organizacionais desiguais marcadas por uma iniquidade quanto à legislação. O Parlamento Europeu, por exemplo, segundo estatísticas, possui uma população votante cada vez mais diminuta, encolhida e apática, que há 25 anos se arrasta para as urnas nas eleições européias, votou, até 1995, como as

pesquisas mostram, sempre orientada por questões nacionais. Há, com isso, o crescimento de partidos de direita anti-Europa que acabam se formando no Bloco.

Portanto foi importante a criação de um novo Tratado Reformador para a União, pois, é uma forma do Bloco, enfim, conseguir atingir seus objetivos integracionista político. O novo passo que a União Europeia está dando é muito importante para o fortalecimento do Bloco mesmo com tantas diferenças europeias vigentes das quais tenta-se resolver aos poucos. Como observamos ao longo desse trabalho quando analisamos os problemas da Bulgária o Tratado de Lisboa representa um passo que deve ser tomado pela União. A Bulgária afirma seu voto positivo quanto ao Tratado quando declarou que o mesmo possa contribuir para um funcionamento mais efetivo, transparente e democrático do bloco europeu.

O voto negativo dado pela Irlanda acabou assustando alguns dirigentes europeus que constataram que poderá haver na Europa uma crise de confiança. O episódio em questão deveria fazer nos lembrar da finalidade da construção europeia que consiste na busca de um contínuo aprofundamento da integração econômica e política compatível com o respeito às identidades nacionais com o propósito de reforçar, em vez de fragilizar, o processo supranacional.

Com tantos regimes pós-nacionais apresentando exigências diversas no que diz respeito à legitimação democrática podemos tomar como análise o chamado “cosmopolitismo de poucos” que se caracteriza por um modelo de exclusão das subclasses. Tal fato faz com que permeie na Europa uma ameaça de efeito dominó na União com o voto negativo irlandês, pois, teme-se que o sentimento de incerteza quanto ao Tratado possa chegar a outros países.

Alguns analistas internacionais acreditam que as comunidades políticas podem se formar apenas por meio de crises, que sempre abrigam enormes riscos, tomando como exemplo, a forma com que os Estados Unidos se tornaram Nação através de uma Guerra civil. Podemos prever dessa forma um efeito positivo dessa crise, pois, o maquinário europeu ainda está ativo para a aprovação do Tratado de Lisboa.

Reverendo o conceito de hegemonia de Gramsci que se encontra tematizado no interior de cada Estado-nação cimentando a vontade coletiva nacional, inferimos que nesse caso esta hegemonia, esta sendo representada pelos dirigentes europeus de cada Estado que deverão nortear o futuro político do Bloco. Com o paulatino amadurecimento europeu desde a adesão de novos países, considerados de “Outra Europa” por muito tempo e que agora fazem parte da “grande família européia”, barreiras estão sendo quebradas em vários âmbitos, mas é necessário agora que o sentimento europeu de Comunidade Integrada se destaque mais que os nacionalismos exacerbados que sempre tiveram presentes na Europa como um todo. O Bloco esta a caminho de uma forma de integração suprema e inédita da história mundial resta agora esperar para que a mesma seja implantada com sucesso e concretize o lema europeu de “uma Europa para todos os europeus”.

Conseguimos atingir nossos objetivos nesse trabalho analisando a problemática desse novo Tratado Reformador europeu e as dificuldades que o mesmo encontra para se concretizar. Por ser um tema novo em se tratando da União Européia foi difícil encontrarmos bases suficientes para nossa pesquisa fazendo com que tenhamos que a partir de então prever o que acontecerá na Europa com esse novo passo de unificação política que a mesma está prestes a colocar em prática.

A problemática agora está em como estas modificações institucionais européias serão empregadas de forma a não prejudicar países que recém aderiram ao Bloco europeu e que ainda necessitam de modificações internas para que se moldam a realidades semelhantes ao do resto da Europa. Que estas modificações têm que ser feita fica claro diante nossos estudos, pois, é necessário que aconteçam diante esta nova fase em que a Europa esta vivenciando com tantos novos cidadãos europeus fazendo parte do Bloco.

Concluindo nossos estudos ficamos diante de questionamentos quanto a União Européia. A integração política que tanto foi foco de discussões desde muito tempo na Europa agora será consolidada mesmo sem a aprovação total de todos os países do Bloco. Será que o mesmo será bom para a Europa como um todo, ou será apenas um Tratado para poucos, deixando novamente “de lado” a “outra Europa”

que agora faz parte do Bloco? Será que a Europa está mesmo preparada para essa nova fase de integração que envolverá decisões políticas que refletirão os interesses do Bloco com um todo? Até onde a Europa atual está disposta chegar? E até onde irão suas fronteiras?

Estes dentre tantos outros questionamentos serão respondidos ao longo do tempo e serão focos de estudos futuros, mas sabemos que todas as modificações trazem consigo temores e desconfianças. Para a União Européia será crucial enfrentá-los para que assim possa continuar a fortalecer o Bloco e consolidar sua força hegemônica.

Nosso trabalho tentou demonstrar a problemática da entrada de países como a Bulgária no Bloco europeu, mas deixou claro que é de crucial importância que esse novo Tratado reformador entre em vigor para esse novo momento em que a Europa está vivenciando. Teremos muito ainda o que estudar quanto a esse tema, pois, a Europa enfrentará muitos desafios os quais colocarão à prova a capacidade do Bloco de amparar a todos ou a maioria dos cidadãos europeus e países participantes do Bloco europeu para que esse novo processo integracionista se concretize.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. *Relações internacionais contemporâneas – A ordem mundial depois da Guerra Fria*. 2. ed. Petrópolis - RJ: 2007, vozes.
- ALMEIDA, Fernando Barcellos de. In. A constituição da Bulgária como exemplo do direito do socialismo avançado. Porto Alegre: 1997.
- ALVES, José Augusto Lindgren *Os Bálcãs novamente esquecido*. Revista Brasileira de política internacional. v. 47. n. 1. Brasília: jan/jun. 2004.
- BOBBIO, N. *Dicionário de Política*, 2. ed. Brasília: UnB. hegemonia vol.1.
- BROWN, J.F. *Bulgaria under communist rule*. Assembléia Nacional Búlgara. 1. ed. Pall Mall Press, London: 1970.
- BRUNKHORST, Hauke. *Unificação desigual: Poder transnacional e crise de legitimação na Europa contemporânea*. Novos estudos. CEBRA. n. 76. São Paulo: nov. 2006.
- BULGÁRIA, *Constitucion de la Republica de adoptada por la Asamblea Nacional Constituyente el 12 de Julio de 1991*. Ed. por la Agencia Sofia Press. Complejo Poligráfico Planeta 999.
- BURCHETT, Wilfred. *Bulgária: presente-passado-futuro*. 1. ed. São Paulo: Novos Rumos, 1985.
- CAMARGO, Sonia de. *A União Européia: uma comunidade em construção*. Contexto internacional. v. 20. n. 2. Rio de Janeiro: maio/ago. 2008.
- DIMITROVA, Daniela Gr. *the Republic of Bulgaria's transition the Democracy: political and social implication*, Naval Postgraduate School Monterey CA, march 2001.
- EU. *Tratado de Lisboa: a Europa rumo ao século XIX*. Disponível em: <http://europa.eu/lisbon_treaty/glance/index_pt.htm>. Acesso em: 02 nov. 2008.
- EU. *Roadmaps for Bulgária and Romania*. Activities of the European Union. Summaries of legislation. Disponível em: <<http://europa.eu/scadplus/leg/en/lvb/e50011.htm>>. Acesso em: 31 out. 2008.
- FARIA, Ricardo de Moura; MIRANDA, Mônica Liz. *Da Guerra Fria à Nova Ordem Mundial*. São Paulo: Contexto. 2. ed. 2003.
- FIORI, José Luís. *Sobre o poder global*. Novos Estudos. CEBRAP. n. 73. São Paulo: nov. 2005.
- FOLHA ONLINE. *Governo búlgaro lamenta rejeição irlandesa ao Tratado de Lisboa*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u412405.shtml>>. Acesso em: 02 nov. 2008.

GODOY, Ivan. *Bulgária – Autogestão e socialismo*, 2. ed. São Paulo: Alfa Omega, 1989.

GOMES, Gustavo Maia. *Desenvolvimento e política regional na União Européia*. Brasília: IPEA, 2007.

HOFFMAN, Andréa Ribeiro; SOUZA NETO, Danilo Marcondes de. *O processo de institucionalização da condicionalidade política na União Européia e sua eficácia como instrumento de promoção da democracia*. Contexto internacional. v. 29.n. 2. jul/dez 2007, pp. 337-362.

JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg. *Introdução às Relações internacionais*. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

MAGNOLI, *Relações internacionais: teoria e história*. 3. Ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

MÉDICI, Rita. *Gramsci e o Estado: para uma releitura do problema*. Revista de sociologia e política. n. 29. Curitiba: nov. 2007.

MELLO, Alex Fiúza de. *Mundialização e política em Gramsci*. 2. ed. São Paulo: 2001, Cortez.

MEZZARROBA, Orides. *Estado e Relações internacionais*. In. Gramsci, 2005, Florianópolis: Fundação Boiteux.

PUC-RJ. *As relações entre a UE e o Leste Europeu e o caminho para o alargamento*. Disponível em: <http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/cgi-bin/PRG_0599.EXE/9124_5.PDF?NrOcoSis=27845&CdLinPrg=pt>. Acesso em: 15 out. de 2008.

RTP. *Tratado de Lisboa ratificado hoje no parlamento*. Notícias.rtp.pt. Disponível em: <<http://ww1.rtp.pt/noticias/index.php?article=341614&visual=26&rss=0>>. Acesso em: 01 nov. 2008.

RUSSINOV, Spas, *La Bulgaria: paese. Economia e cultura*. Sofia1. ed. in lingue straniere, 1970.

SEMERARO, Giovanni. *Da libertação à hegemonia: Freire e Gramsci no processo de democratização do Brasil*. Revista de sociologia e política. n. 29. Curitiba: nov. 2007.

SOUZA, André Barbieri. *A União européia e o déficit democrático: um estudo a partir de Jurgen Habermas*. Disponível em: <http://www.conpedi.org/manaus/arquivos/anais/bh/andre_barbieri_souza.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2008.

UE. *Estratégia de alargamento 2006-2007: desafios e capacidade de integração*. Actividades de União Européia. Sínteses da legislação. Disponível em: <<http://europa.eu/scadplus/leg/pt/lvb/e50025.htm>>. Acesso em: 26 out. 2008.

UE. *Tratado que substitui a Constituição europeia aprovado em Lisboa*. Deutsche Welle. Disponível em: <<http://alemania-hoy.com/dw/article/0,2144,2831664,00.html>>. Acesso em: 28 out. 2008.

UE. *Diante da rejeição do Tratado de Lisboa pela Irlanda, que futuro aguarda a UE?* Disponível em: <<http://wharton.universia.net/index.cfm?fa=viewArticle&id=1548&language=portuguese&specialId=>>>. Acesso em: 02 nov. 2008.

WAGSTYL, Stefan. *Bulgária-Europa's Wild Frontier*. Financial Times. Disponível em: <http://international.ibox.bg/news/id_1460838994>. Acesso em: 17 out. 2008.